

Nº 537 • ANO XLVIII  
FEVEREIRO 2019 • MENSAL • €1,50

# Revista da **ARMADA**



## INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL

1968 - 2018 · 50 ANOS · MARINHA

NRP CORTE REAL  
SNMG1

LIÇÕES  
APRENDIDAS

ESQUADRAS DE  
NAVEGAÇÃO TERRESTRE



# CENTRO DE CONHECIMENTO DO MAR

VISITE-NOS



AQUÁRIO  
VASCO DA GAMA



FRAGATA  
D.FERNANDO II E GLÓRIA



MUSEU  
DE MARINHA



PLANETÁRIO  
CALOUSTE GULBENKIAN

CCM AG BA BCM FDEG MM PCG RA

CCM.MARINHA.PT

# SUMÁRIO

<b>04</b>	Strategia (45)
<b>09</b>	Exercício MAGRE 2018-2
<b>10</b>	Investigação Operacional na Marinha – 50 Anos
<b>12</b>	Direito do Mar e Direito Marítimo (19)
<b>16</b>	Livros
<b>20</b>	Entregas de Comando/Tomadas de Posse
<b>21</b>	Academia de Marinha / Poema
<b>22</b>	Curso “D. Lourenço de Almeida” – 60 Anos
<b>24</b>	Direção de Navios – 25 Anos
<b>25</b>	Notícias
<b>27</b>	Vigia da História (107)
<b>28</b>	Estórias (46)
<b>29</b>	Novas Histórias da Botica (75)
<b>30</b>	Serviço & Saúde (2)
<b>31</b>	Saúde para Todos (62)
<b>32</b>	Desporto
<b>33</b>	Quarto de Folga
<b>34</b>	Notícias Pessoais / Convívios
<b>CC</b>	Símbolos Heráldicos

NRP *CORTE REAL* **06**  
SNMG1



**14** LIÇÕES APRENDIDAS



ESQUADRAS DE NAVEGAÇÃO TERRESTRE **18**



**Capa**

Cartaz do Seminário “A Investigação Operacional na Marinha – 50 Anos”



**Revista da ARMADA**

Publicação Oficial da Marinha  
Periodicidade mensal  
Nº 537 / Ano XLVIII  
Fevereiro 2019

Revista anotada na ERC  
Depósito Legal nº 55737/92  
ISSN 0870-9343

**Propriedade**  
Marinha Portuguesa  
NIPC 600012662

**Diretor**  
CALM Aníbal José Ramos Borges

**Chefe de Redação**  
CMG Joaquim Manuel de S. Vaz Ferreira

**Redatora**  
CTEN TSN-COM Ana Alexandra G. de Brito

**Secretário de Redação**  
SMOR L Mário Jorge Almeida de Carvalho

**Desenho Gráfico**  
ASS TEC DES Aida Cristina M.P. Faria

**Administração, Redação e Edição**  
Revista da Armada – Edifício das Instalações Centrais da Marinha – Rua do Arsenal 1149-001 Lisboa – Portugal  
Telef: 21 159 32 54

**Estatuto Editorial**  
[www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx](http://www.marinha.pt/pt/Servicos/Paginas/revista-armada.aspx)

**E-mail da Revista da Armada**  
[revista.armada@marinha.pt](mailto:revista.armada@marinha.pt)  
[ra.sec@marinha.pt](mailto:ra.sec@marinha.pt)

**Paginação eletrónica e produção**  
ACD PRINT, S.A.  
Rua Marquesa d'Alorna, 12 A  
2620-271 Ramada

**Tiragem média mensal**  
4000 exemplares

## “OCEANO: UMA PONTE PARA MUITAS MARGENS”

### CONFERÊNCIA DO FÓRUM DO MAR DOS PAÍSES DA CPLP

A Escola Naval organizou, em 8 de novembro, a 2ª Conferência do Fórum do Mar dos Países da CPLP, com a participação de ilustres oradores do Brasil e de Portugal. O texto que se segue corresponde à súmula dessa conferência, apresentada na Cerimónia de Abertura Solene do Ano Letivo 2018/2019 da Escola Naval, realizada em 9 de novembro.

O Mar é – a par da língua portuguesa – o grande denominador comum entre todos os países lusófonos. Vergílio Ferreira sintetizou esta ideia melhor do que ninguém, com a sua simbólica e bela frase: “Da minha Língua vê-se o Mar”.

Com efeito, todos os países da CPLP são Estados ribeirinhos, o que justifica um esforço concertado, no sentido de promover o diálogo, a cooperação e a partilha de experiências entre os organismos que, no seio desses países, podem contribuir para a formulação de uma estratégia marítima comum e para a promoção da consciência marítima das respetivas opiniões públicas.

Foi com esses objetivos que a Marinha Portuguesa, o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, a Marinha do Brasil e o Instituto da Defesa Nacional de Timor-Leste tomaram a iniciativa conjunta de criação do Fórum do Mar dos Países da CPLP. Este projeto concretizou-se em 23 de março de 2017, com a assinatura do memorando de entendimento constituinte do fórum e com a organização da sua primeira conferência, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas,

sob o tema “Mar, Segurança e Desenvolvimento no Espaço da CPLP”.

Esse evento teve sequência, com a organização, em 8 de novembro de 2018, na Escola Naval, da segunda conferência, agora sob o tema “Oceano: Uma ponte para muitas margens”. É particularmente difícil sumariar em breves minutos a riqueza da conferência, mas atrevo-me a sintetizar as ideias aí veiculadas em três conclusões principais.

A primeira foi a constatação da importância do mar para o nosso planeta, bem evidente no facto de cobrir 70% da superfície terrestre, conter 97% da água do planeta e albergar 80% dos organismos vivos. A isso, há que acrescentar o papel do mar como estabilizador e regulador do clima, tornando-o essencial ao equilíbrio sustentável do planeta. O mar é, também, uma fonte do ar que respiramos, uma vez que cerca de 50% do oxigénio produzido no nosso planeta provém da atividade do fitoplâncton marinho.

Tudo razões que levaram Arthur C. Clarke a afirmar: “Quão inapropriado é chamarmos Terra a este planeta, quando ele é claramente Oceano!”.

Todavia, o mar não é apenas fundamental para o ambiente e para a biodiversidade, sendo também essencial para o bem-estar e o desenvolvimento da Humanidade. Dizer que cerca de 90% do comércio e cerca de metade do petróleo mundiais circulam por mar não será novidade para muita gente. No entanto, nem todos saberão que é por mar que circulam 97% das comunicações de dados e de internet mundiais, através de uma rede de cabos submarinos, que constituem verdadeiras artérias da sociedade contemporânea. Uma sociedade que hoje tem na base da pirâmide de Maslow, já não as necessidades fisiológicas, mas antes a ligação à internet – desconhecendo que é no mar que estão as autoestradas digitais que suportam esses serviços de internet!

Estes e muitos outros elementos de informação que foram aduzidos na conferência em apreço levam a indiciar que o século XXI será, cada vez mais, o século do mar!

Poderá ser o século de muitas outras coisas, mas será, também, certamente, o século do mar!

Isso conduz à segunda conclusão, que remete para a multiplicação dos riscos e das ameaças no ambiente marítimo, incluindo riscos naturais (como as calamidades com impacto na faixa litoral), riscos e ameaças decorrentes do uso do mar (como a poluição do mar e a depredação de recursos marinhos) e ameaças diretas ao uso do mar ou que do mar tiram partido (como o terrorismo marítimo, a proliferação de armamento, os tráficos, a migração irregular e a pirataria). Gostava de deixar aqui alguns dados que sustentam esta conclusão.

Começando pela poluição do mar, nos últimos 50 anos, foram derramadas cerca



**Oceano: uma ponte para muitas margens**

**II Conferência**

**8/9**

**NOVEMBRO 2018**

**Na Escola Naval - Alfeite**



de 6 milhões de toneladas de petróleo no mar, uma ameaça importante aos ecossistemas marinhos e ao modo de vida das populações ribeirinhas (com influência particularmente negativa no turismo e nas pescas).

Quanto à depredação dos recursos marinhos, ela decorre da sobrepesca, que tem delapidado os recursos piscícolas, levando a que mais de 90% dos stocks pesqueiros do planeta estejam exaustos ou à beira da exaustão, com impactos importantes na biodiversidade, na conservação de recursos haliêuticos e na sustentabilidade das pescas.

Relativamente ao tráfico de drogas, que ameaça o tecido económico-social de muitos estados, importa referir que cerca de 70% da quantidade total de drogas apreendidas decorre de apreensões no mar ou após transporte por via marítima.

Além destes riscos e ameaças, não podemos esquecer as disputas inter-estatais, que resultam:

- De diferentes interpretações da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, nomeadamente em relação à delimitação das Plataformas Continentais,
- De tentativas de alargar soberania ou jurisdição, para além do permitido pelo direito do mar – um fenómeno conhecido, em língua inglesa, como *creeping jurisdiction* – ou, ainda,
- De disputas de soberania sobre parcelas territoriais, com implicações nos espaços marítimos adjacentes, como acontece no mar do Sul da China, com as ilhas Spratly e Paracel.

A este propósito, gostava de recordar o grande estrategista marítimo Alfred Thayer Mahan, que escreveu que “a história do poder no mar é, em grande parte, apesar de não exclusivamente, uma narrativa de disputas entre nações, de rivalidades mútuas e de violência, frequentemente culminando em guerra”.

Espera-se que todas as disputas marítimas acima referidas possam ser resolvidas pelo direito internacional e pela diplomacia, mas não é de excluir que algumas delas possam provocar tensões político-diplomáticas e até militares.

E isto leva à terceira conclusão – uma conclusão que influenciará certamente o futuro profissional dos cadetes desta escola e que, por isso, me é muito grato identificar nesta oportunidade. Essa conclusão diz respeito ao papel cada vez mais preponderante que se antecipa para as



Audiência numa das sessões da conferência do Fórum do Mar dos Países da CPLP



Mesa da presidência na Cerimónia de Abertura Solene do Ano Letivo da Escola Naval

marinhas na manutenção da paz, da estabilidade e do progresso mundiais.

Cabe aqui referir que as marinhas não são meros ramos das forças armadas, elas funcionam como verdadeiros braços dos estados no mar, desempenhando, em estreita articulação e colaboração com outras relevantes organizações, tarefas:

- De preservação do ambiente e da biodiversidade,
- De assistência humanitária a populações vítimas de catástrofe,
- De proteção do tráfego marítimo e de outras atividades no âmbito da economia azul,
- De salvaguarda da vida humana no mar, incluindo busca e salvamento marítimo,
- De investigação no âmbito das ciências do mar e
- De diplomacia naval, aproximando países e povos.

Esta multiplicidade de tarefas está na base da célebre sistematização das funções das marinhas, primeiramente elaborada por Ken Booth e posteriormente atualizada por Eric Grove. Essa conceptualização sintetiza as tarefas das marinhas em três funções: uma função militar, uma função diplomática e uma função de imposição da lei, apresentando-as numa estrutura triangular, em que o centro é ocupado pelo **uso do mar**, objetivo implícito em tudo o que as marinhas fazem.

As funções identificadas por Booth e por Grove (militar, diplomática e de imposição da lei) traduzem a versatilidade das marinhas, sendo que o acima referido elemento central evidencia a verdadeira razão de ser dessas mesmas marinhas: permitir o **uso do mar**, dissuadindo e combatendo as ameaças e riscos que sobre ele impendem, em prol da sustentabilidade do planeta Oceano e do bem-estar da Humanidade!

Sardinha Monteiro  
CMG

# NRP CORTE REAL SNMG1

O NRP *Corte Real* integrou a Força de Resposta Imediata da NATO, *Standing NATO Maritime Group 1* (SNMG1), de 1 de setembro a 30 de novembro de 2018, numa missão que decorreu no quadro de um conjunto de medidas de caráter defensivo ou de tranquilização, designadas por *Assurance Measures*, destinadas a demonstrar a coesão da NATO e o seu compromisso com a defesa coletiva, face a qualquer possível ameaça.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos 3 meses de missão o navio operou no Mar Báltico e no Mar do Norte e participou num intenso programa de treino operacional em companhia com os restantes navios da SNMG1. Destaca-se a participação, ao largo da Noruega, no maior exercício da NATO de todos os tempos – *Trident Juncture 18* – onde foi atribuída ao navio português a função de *Force Anti-surface Warfare Commander* (FASUWC), comandante da guerra de superfície, motivo de reconhecimento, satisfação e orgulho.

Os períodos de permanência nos portos revestiram-se também de grande importância, pela possibilidade de receber a bordo as comunidades portuguesas na diáspora. Foram visitados 10 portos em nove países, nomeadamente, Turku, Tallinn, Gdynia, Frederikshavn, Cherbourg, Den Helder, Trondheim, Dundee, Oslo e Karlskrona, destacando-se a participação nas cerimónias dos 100 anos do Armistício, em Dundee, e a receção a bordo do Corpo Diplomático Nacional.

No final da missão, somaram-se 1406 horas de navegação, 68 horas de voo por parte do helicóptero orgânico e 17.044 milhas náuticas percorridas.

## LARGADA DE LISBOA

O navio largou da Base Naval de Lisboa no dia 31 de agosto, com um efetivo total de 200 militares (28 oficiais, 48 sargentos e 124 praças), integrando, como meios orgânicos, o destacamento de helicópteros nº 25 (*Red Bull Flight*), com 15 militares, e uma equipa de abordagem do Corpo de Fuzileiros, com 10 militares. Os referidos meios constituíram um importante multiplicador de capacidades, conferindo ao navio português valências adicionais no seio da Força Naval da NATO, sendo as mesmas sobejamente reconhecidas pelo Comandante da Força Naval.

A missão na linha da frente da NATO foi o culminar de um intenso ano operacional iniciado com a certificação do Navio no *Operational Sea Training* (OST), no centro de treino do Reino Unido, em setembro de 2017, representando um importante momento para os militares embarcados, que largaram de Lisboa transportando consigo uma grande vontade de representar Portugal numa Força Naval de alta prontidão.

Durante o trânsito até à área de operações foram ultimados os preparativos para integração da Força e realizados exercícios internos de forma a manter proficiências e testar graus de prontidão e resposta.

## INTEGRAÇÃO NA SNMG1

A integração na SNMG1 ocorreu no porto de Turku, Finlândia, no dia 7 de setembro, onde o NRP *Corte Real* se juntou ao navio-chefe dinamarquês HDMS *Esbern Snare*. Estabeleceu-se o primeiro contacto com os elementos do *Staff* da SNMG1 e com as rotinas de uma visita de porto da Força da NATO, que se viriam a repetir ao longo da missão. Essas rotinas iniciavam-se com os *Force Meetings*, reuniões setoriais das diversas áreas<sup>1</sup>, onde os elementos participantes tinham oportunidade de se encontrar com os seus contrapartes do *Staff* e dos restantes navios da Força, para coordenar e discutir aspetos de planeamento para a semana seguinte, sendo também importantes momentos de partilha de experiências, convívio e descontração, que ajudaram a fomentar o salutar relacionamento entre elementos da Força. Ainda no dia da atracação, seguiu-se a apresentação de cumprimentos por parte do Comandante da Força (COMSNMG1), acompanhado pelos Comandantes dos navios, às entidades locais, bem como o habitual almoço e receção da Força.

De salientar que desde a sua integração, o NRP *Corte Real* foi nomeado *Anti-surface Warfare Commander* (ASUWC) da Força da NATO, mantendo essa atribuição em permanência até desintegrar a Força.

## ÁREA DE OPERAÇÕES DO BÁLTICO

O período que se seguiu à largada de Turku foi caracterizado pela realização de exercícios de oportunidade (PASSEX) com as Marinhas do Báltico, tendo como objetivo a cooperação e treino de interoperabilidade entre meios navais.

O primeiro PASSEX foi efetuado com navios da Marinha finlandesa, nos dias 10 e 11 de setembro, sendo um importante exercício de cooperação com uma Marinha não-NATO, que consistiu em diversas séries de proteção de força, navegação em companhia, manobras e evoluções, operações de voo e exercícios de



tiro. Na mesma semana, em 13 de setembro, a fragata norueguesa HNOMS *Helge Ingstad* integrou a SNMG1.

Seguiu-se uma visita de porto a Tallinn (Estônia), cidade encantadora de reconhecido interesse arquitetônico que permitiu um bom período de descanso à guarnição. Durante a permanência da SNMG1 em Tallinn ocorreu a rendição do Comando da Força no dia 14 de setembro, tendo o Comodoro Anders Friis substituído o Comodoro Carsten Fjord-Larsen, ambos de nacionalidade dinamarquesa.

Após a saída de Tallinn, foi realizado o segundo PASSEX no Báltico, no período de 17 a 20 de setembro, contando com a participação do draga-minas da Letônia, LVNS *Talivaldis*, e do navio patrulha da Lituânia, LNS *Jotvingis*. No dia 18 de setembro, o Comodoro Anders Friis visitou o NRP *Corte Real* pela primeira vez após ter recebido o comando da SNMG1.

Até à chegada a Frederikshavn, os 3 navios mantiveram a realização do *Operational Training Programme* (OTP), um programa de treino desenhado pelo *Staff* da SNMG1 com o objetivo de maximizar a integração e interoperabilidade entre os navios da Força. A largada de Frederikshavn, pequena cidade dinamarquesa que acolhe a principal base naval deste país, marcou também a saída do Báltico.

## VISITA DO SECRETÁRIO-GERAL DA NATO

O início de outubro foi assinalado pela conquista da SNMG1 *Challenge Cup*<sup>2</sup>, obtida numa competição de comunicações entre os navios da Força, no dia 3 de outubro.

Ainda antes da chegada ao porto de Cherbourg (França), que foi acrescentado ao programa operacional da SNMG1 para acomodar a visita do Secretário-Geral da NATO, a Força passou pela área de exercícios do *Flag Officer Sea Trainig* (FOST), da Marinha britânica, que na semana anterior tinha completado 50 anos de existência.

A SNMG1 participou na já conhecida *Weekly War*, ou guerra de 5ª feira, a 4 de outubro, tendo esta participação contribuído para enriquecer o treino proporcionado pelo FOST aos navios sob o seu programa de treino e avaliação, e para a manutenção dos elevados padrões de prontidão e resposta dos meios integrados na SNMG1. O *Task Group* constituído para a realização desta *Weekly War* contou assim com 4 navios em treino: HMS *Northumberland* (Reino Unido), HMS *Montrose* (Reino Unido), HNLMS *Johan De Witt* (Holanda), ORP *General Kazimierz Pulaski* (Polónia) e 3 navios da SNMG1: HDMS *Esbern Snare* (Dinamarca), HNOMS *Helge Ingstad* (Noruega) e NRP *Corte Real*.

Após a passagem pelas áreas do FOST, iniciou-se a visita de porto a Cherbourg, onde as guarnições dos navios aproveitaram para visitar as praias do dia D na Normandia, seguindo-se uma semana de treino que começou com um PASSEX com meios aéreos da Marinha francesa, nomeadamente, aeronaves E2C *Hawkeye*, *Atlantique II* e *Rafale*.

Já a navegar ao largo da Escócia, no dia 12 de outubro, a SNMG1 recebeu a visita do Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg, e do *Supreme Allied Command Europe* (SACEUR), General Curtis M. Scaparrotti. A força da NATO juntou-se ao *Carrier Strike Group 8*, grupo-tarefa do porta-aviões americano USS *Harry S. Truman*, tendo o Secretário-Geral da NATO sido transportado por meios aéreos do porta-aviões americano para bordo do navio-chefe da SNMG1, HDMS *Esbern Snare*. A comitiva da visita assistiu a uma demonstração naval que consistiu num exercício de defesa aérea integrando as aeronaves F-18 *Hornet* do USS *Harry S. Truman* e os navios da SNMG1.

No dia seguinte o NRP *Corte Real* iniciou uma paragem logística em Den Helder, Holanda.



Guarnição à largada da BNL



Treino de tiro com armamento portátil da equipa de segurança



Reabastecimento no mar com o ESPS Cantábria



Nos Fiordes durante exercício Trident Juncture 18





## TRIDENT JUNCTURE 18

Após largar de Den Helder, o navio rumou para o porto de Trondheim, para iniciar a participação no exercício *Trident Juncture 18* (TRJE18), que teve como *Host Nation* a Noruega, decorrendo entre 22 de outubro e 7 de novembro. Logo no dia da chegada a Trondheim, a 22 de outubro, o navio participou numa grande conferência de planeamento, a bordo do navio polivalente anfíbio HNLMS *Johan de Witt*.

O maior exercício da NATO de todos os tempos, quer em meios quer em quantitativos de pessoal, envolveu 50 mil participantes de 31 países, 65 navios e 250 aeronaves, constituindo uma demonstração inequívoca de poder terrestre, naval e aéreo da Aliança Atlântica.

O cenário deste exercício consistiu numa situação fictícia de violação da soberania de um dos estados membros da NATO, neste caso a Noruega, com invocação do artigo V para defesa coletiva. Ao longo dos 5 dias da fase de seriado (CET<sup>3</sup>/FIT<sup>4</sup>) e dos 7 dias da fase tática (TACEX), os navios tiveram a possibilidade de treinar todas as áreas da guerra naval convencional, contraterrorismo e ciberdefesa. As duas fases do exercício foram separadas por uma demonstração de capacidades, em 29 e 30 de outubro, por ocasião da visita ao teatro de operações do Secretário-Geral da NATO, Jens Stoltenberg.

A SNMG1 integrou em Trondheim a fragata belga BNS *Louise Marie*, fixando-se assim em 4 navios. Para a realização do TRJE18, a SNMG1, juntamente com os navios suecos HSWMS *Nykoeping* e HSWMS *Karlstad*, constituiu a TG 1105.03, parte da TF 1105, comandada por HQ MARCOM (CTF 1105).

Um fator de grande destaque, satisfação e orgulho, foi a atribuição ao navio português da função de FASUWC, salientando-se o desempenho dessas funções em dois grandes exercícios-encontro (*Encounter*) entre as forças do Norte (TF 1106) e as forças do Sul (TF 1105).

A conclusão do exercício foi assinalada por outras duas ocasiões singulares. A primeira foi a passagem do Círculo Polar Ártico (066° 33' 44"N), no dia 6 de novembro, momento raro para um navio da nossa Marinha e de grande significado para qualquer marinheiro, que permitiu ao navio terminar este grande exercício naval com a buzina de proa pintada de azul. A segunda foi a realização de um grande *PHOTEX*, no dia 7 de novembro, envolvendo 26 navios.

## DUAS IMPORTANTES VISITAS DE PORTO

Após a conclusão do exercício TRJE18 e depois de um curto trânsito (2 dias) no Mar do Norte, a SNMG1 atracou em Dundee, Escócia. Neste porto, o NRP *Corte Real* foi o navio anfitrião da recepção e do almoço da Força, oferecidos pelo COMSNMG1, com a presença de diversas entidades locais e de elementos dos navios da Força e do *Staff* da SNMG1. A qualidade da recepção a bordo mereceu rasgados elogios dos convidados e foi também referenciada pelo COMSNMG1. No dia 11 de novembro, o Comandante do navio e uma comitiva de 5 elementos da guarnição participaram nas

cerimónias de comemoração do *Rememberance Day* e dos 100 anos do Armistício, que tiveram lugar na cidade de Dundee.

Após a largada de Dundee, seguiu-se mais uma semana de treino operacional, que culminou com a entrada nos fiordes de acesso a Oslo, Noruega, tendo o navio praticado cerca de 8 horas de navegação em águas restritas no seio da paisagem património mundial da humanidade. A visita ao porto de Oslo ficou marcada pela receção a bordo do Embaixador de Portugal em Oslo, Dr. António Quinteiro Nobre, no dia 18 de novembro.

## REGRESSO AO BÁLTICO E DESINTEGRAÇÃO

Após a largada de Oslo, a Força reentrou no Mar Báltico. No dia 20 de novembro foi realizado um exercício de tiro contra costa – *Naval Gunfire Support* (NGS) – numa área de exercícios da Dinamarca, contando também com a participação do helicóptero do NRP *Corte Real* para apoio de *spotter* aéreo (elemento que comunica ao navio as correções de tiro de artilharia a efetuar). Na data em que assinalou 27 anos ao serviço da Marinha Portuguesa, 22 de novembro, o NRP *Corte Real* despediu-se dos navios da SNMG1 com o habitual *Sail Past*, tendo ainda no mesmo dia realizado um importante exercício de abordagem e vistoria a um navio mercante.

A visita ao porto de Karlskrona, Suécia, marcou a desintegração da SNMG1, tendo o navio iniciado trânsito para Lisboa no dia 24 de novembro.

## CONCLUSÃO

Os militares da fragata *Corte Real* regressaram a Lisboa, no dia 30 de novembro, após 3 meses de uma importante missão para a Marinha e para Portugal, com a sensação de dever cumprido. O NRP *Corte Real* esteve presente no Mar Báltico, participou no maior exercício da NATO de sempre, onde assumiu funções de destaque, e representou Portugal no quadro dos compromissos assumidos de defesa coletiva.

A integração na SNMG1 representou mais uma vez a possibilidade de fazer parte de uma Força Naval de elevada prontidão, destinada a contribuir, em permanência, para a segurança dos países da Aliança Atlântica, apoiando o seu esforço contínuo de dissuasão e de defesa coletiva.



Colaboração do **COMANDO DO NRP CORTE REAL**

### Notas:

<sup>1</sup> CIC, OPS, CIS/COMS/YEOMAN, AIR/Helo, Intel/EW, Warfare, NAV, Medi, Sports/Welfare, Logistics, Diving, MEO/WEO.

<sup>2</sup> Esta taça é entregue pelo COMSNMG1 ao navio com melhor classificação nas séries/exercícios que contam para o troféu. Os exercícios escolhidos vão variando de tipo, sendo a taça entregue nas receções dadas durante as visitas de porto. É uma forma de fomentar a competição saudável entre os navios, contribuindo para a integração dos navios em força naval.

<sup>3</sup> *Combat Enhancing Training (CET)*.

<sup>4</sup> *Force Integration Training (FIT)*.





# EXERCÍCIO MAGRE 2018-2

No dia 13 de outubro saiu da Base Naval de Lisboa uma equipa de Mergulhadores rumo a Cartagena, Espanha, para integrar a 2ª edição do Exercício MAGRE 2018 com participação de unidades de mergulhadores das Marinhas de Espanha e dos Estados Unidos da América.

A equipa de mergulhadores portuguesa foi constituída por militares do Destacamento de Mergulhadores Sapadores Nº 1 (DMS 1), com as valências de EOD (*Explosive Ordnance Disposal*), IEDD (*Improvised Explosive Device Disposal*) e *Clearance Operation* em VSW (*Very Shallow Waters*), e por militares do Destacamento de Mergulhadores Sapadores Nº 3 (DMS 3), com a valência na área MCM (*Mine Countermeasures*), nomeadamente a operação de veículos submarinos não tripulados para deteção remota.

O exercício teve como objetivo o treino operacional e a prática de TTP (Técnicas, Táticas e Procedimentos) nas áreas de EOD e IEDD das equipas de mergulhadores. Neste sentido, as nações participantes beneficiaram das excelentes condições de treino da Unidade dos Mergulhadores espanhóis (UBMCM) de Cartagena e dos meios marítimos e aéreos disponíveis para o exercício.

A primeira fase do MAGRE 2018-2 iniciou-se com o aprontamento e preparação de todos os equipamentos necessários para a realização das missões e numa consolidação das TTP através de uma série de treinos específicos realizados pelas unidades de Mergulhadores participantes no exercício. Ainda nesta fase, foi dedicada especial atenção aos aspetos de segurança ao nível de acidentes de mergulho e acidentes no manuseamento de explosivos, de modo a consolidar os diversos procedimentos usados pelas Marinhas participantes, tendo sido efetuada uma visita à UBMCM, onde foi dado particular relevo à câmara hiperbárica usada para treinos e tratamentos de doenças de descompressão causadas pelo mergulho.

Durante a primeira semana as equipas foram empenhadas individualmente na resolução de diversos cenários no âmbito do EOD e IEDD de modo a que as outras equipas pudessem observar a forma de atuação e as TTP usadas, num contexto de partilha de aprendizagem entre as várias nações. Este formato de execução do exercício, assim como os cenários propostos, mostrou-se ser bastante desafiante para a nossa equipa EOD, o que revelou ser um fator de enorme motivação.

Na segunda semana foram introduzidos novos cenários realizados em áreas de treino submarino e terrestre, que permitiram efetuar TTP para inativações de engenhos explosivos e ações de *disposal* com recurso a explosivo real.

Na resolução destes novos cenários foi dada maior ênfase à interoperabilidade através da atuação de equipas mistas, com mergulhadores das três nações, que foram empenhados em portos e no interior de navios de guerra em cenários de simulação de ataques terroristas e ainda num navio de pesca sequestrado e armadilhado. Em ambiente marítimo, foram empenhados na resolução de vários incidentes, quer na operação em áreas minadas na linha de costa e zona de rebentação, quer também na deteção, identificação e inativação de engenhos convencionais submarinos, como minas de fundo, em canais de navegação.

O exercício MAGRE 2018-2 permitiu, assim, à equipa portuguesa efetuar treino operacional na área do EOD e IEDD num conceito de interoperabilidade, cada vez mais comum no seio das equipas MCM e EOD das Marinhas NATO.

Destaca-se, ainda, a excelente organização do exercício pelos nossos congéneres mergulhadores da Marinha de Espanha e a



oportunidade de cimentar as excelentes relações entre as Unidades operacionais de mergulhadores das três nações participantes.

Colaboração do **COMANDO DO DESTACAMENTO DE MERGULHADORES SAPADORES Nº1**



# INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL NA MARINHA | 50 ANOS

No passado dia 23 de novembro, comemorou-se na Escola Naval (EN) os 50 anos da existência da Investigação Operacional na Marinha, evento organizado pela Direção de Análise e Gestão da Informação (DAGI) em estreita colaboração com a EN. A 18 de maio de 1968, através da Portaria n.º 23 393, fora criado o Centro de Investigação Operacional da Armada (CIOA), na dependência direta do Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada (Vice-CEMA), com o intuito de proceder à reforma de métodos e processos de administração, quer na área operacional, quer na da logística, assistindo e aconselhando os decisores e, naturalmente, conduzindo a um aumento da produtividade dos serviços e a uma maior eficiência na utilização dos meios.

Este seminário contou com a presença do Vice-CEMA, VALM Novo Palma, que presidiu à sessão de abertura, bem como do Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, do Comandante da EN, CALM Simões Marques, do Superintendente das Tecnologias da Informação (STI), COM Manuel Domingues, do 4º Diretor do CIOA, CMG REF Cervaens Rodrigues, do Reitor da Universidade Autónoma de Lisboa, Prof. Dr. José Amado da Silva, e demais individualidades ligadas à Investigação Operacional na Marinha. Este evento ficou igualmente marcado pela presença da Prof.ª Dr.ª Raquel Soeiro de Brito, em representação de um dos principais impulsionadores da Investigação Operacional na Marinha, o 1º Diretor do CIOA, falecido em 2012, CMG Soeiro de Brito; e pelo Chefe da Divisão de Pesquisa Operacional da Marinha do Brasil, CFR Leandro Teixeira, que partilhou a sua experiência enquanto analista de sistemas no Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV).

Sendo a Investigação Operacional transversal à sociedade, seja ela militar ou civil, foram notórios os contributos do representante da Associação Portuguesa de Investigação Operacional (APDIO), Prof. Jorge Cerdeira, relativamente à sua experiência no meio académico; dos Prof. Dr. Carlos Bana e Costa e Dr. João Bana e Costa, da empresa *BANA Consulting*, que partilharam os benefícios da aplicação de modelos de análise multicritério; e, finalmente, do Dr. Filipe Carvalho, co-fundador e CEO da empresa tecnológica portuguesa *Wide Scope*, que apresentou um exemplo de gestão logística através da resolução de um problema de otimização por restrições.

Antecedendo o início dos painéis temáticos, a CTEN Sofia Miranda efetuou uma breve evocação aos 3 primeiros Diretores do CIOA, que exerceram funções entre 1968 e 1980: CMG Soeiro de Brito, VALM Rebelo da Silva e CALM Santos Viegas; seguindo-se uma dissertação proferida pelo CMG Cervaens Rodrigues sobre a origem da Investigação Operacional, não só em Inglaterra e nos EUA, mas também na Marinha portuguesa, relatando aspetos relevantes da sua experiência pessoal.

Na sua intervenção, o Comandante Cervaens Rodrigues situou os primórdios da Investigação Operacional na II Guerra Mundial, referindo o importante contributo que um conjunto de jovens cientistas, dirigidos pelo antigo oficial de Marinha e futuro prémio Nobel da Física Patrick Blackett, deu à *Royal Air Force* na Batalha de Inglaterra e à *Royal Navy*, quer na defesa costeira, quer na organização de comboios. Nos EUA, foi o professor do *Massachusetts Institute of Technology*, Phillip Morse, que pro-



Sessão de abertura do Seminário “A Investigação Operacional na Marinha – 50 Anos”

curou replicar o êxito de Blackett colaborando com a *U.S. Navy* na Batalha do Atlântico e na Guerra do Pacífico. Foi o fundador do *Center for Naval Analyses Operations Evaluation Group* e o 1º presidente da *U.S. Military Operations Research Systems Analysis*. Terminado o conflito, publicou com George Kimball, em 1951, a obra seminal “Métodos de Investigação Operacional”, onde foram compilados os procedimentos e estudos efetuados, como deteção sonar e radar, guerra de minas e defesa antiaérea, mas também gestão de *stocks*, filas de espera, modelos estocásticos, entre outros. Esta obra foi rapidamente divulgada pelos meios académicos e empresariais, daí resultando que a Investigação Operacional se tornasse um ramo autónomo da ciência: um ramo da Matemática Aplicada. Os anos 60 seriam anos de rápida expansão com o apoio do 8º Secretário de Defesa dos EUA, Robert McNamara, que exigiu a aplicação de métodos quantitativos como justificação na aquisição de equipamentos, com o objetivo de reduzir despesas e aumentar a eficácia. Esta expansão levou à criação de departamentos de Investigação Operacional em vários países e ramos das Forças Armadas.

Na Marinha portuguesa, aquando da sua criação, o CIOA dispunha de 3 secções: a de estatística, a de investigação operacional e a de análise e programação. Viviam-se tempos de guerra, o pessoal não abundava, logo recorria-se a oficiais da Reserva Naval (RN) a quem foram proporcionados estágios no *Centre de Recherche Operationelle* de Toulon. Em janeiro de 1976, abria concurso para o mestrado em *Operations Analysis/Systems Analysis*, na *U.S. Naval Postgraduate School*, em Monterey, Califórnia, para o qual o CMG Cervaens Rodrigues fora selecionado, terminando o curso em setembro de 1978. A sua dissertação versou sobre o conceito *Design to Cost*, projetar em função do custo, que viria a ser aplicado às *USS Oliver Hazard Perry*, concluindo e alertando o EMA para o facto de aquele não ser o tipo de navio mais adequado para substituir as 3 fragatas da classe *Almirante Pereira da Silva*.

Durante o Pannel 1 “A Investigação Operacional nas Forças Armadas”, moderado pelo CMG Costa Honorato, Diretor da DAGI, o 1TEN Gonçalves de Deus apresentou a evolução da Investigação Operacional na Marinha, no período pós CIOA, relembrando a



criação da Direção de Análise e Métodos de Apoio à Gestão em 1993, e da Direção de Análise e Gestão da Informação – Comissão Eventual em 2001. Atualmente, a Investigação Operacional encontra-se inserida no setor das Tecnologias da Informação, apesar da sua aplicação ser transversal a toda a Marinha. Para além da inserção orgânica, o Tenente Deus apresentou sucintamente alguns dos trabalhos de Investigação Operacional outrora realizados e os atualmente em execução. Na área operacional, destacou o problema de escalonamento de navios, em 1994, enquanto decorria a Operação *Sharp Guard*, cujo objetivo era minimizar o afastamento dos navios dos comandantes das forças que asseguravam o bloqueio naval no Adriático, sendo um dos primeiros a ser resolvido com recurso a Modelos de Programação Linear Inteira Mista. Ainda na área operacional, abordou o estudo, iniciado em 2007, sobre a atividade de fiscalização da pesca, que visa otimizar a eficácia da alocação do esforço de patrulha nas águas sob jurisdição nacional, e que esteve na origem do desenvolvimento do Sistema de Apoio à Decisão para a Atividade de Patrulha, atualmente em exploração na Marinha. Na área da gestão de pessoal, referiu os estudos sobre fluxos de carreira e erosão dos quadros de pessoal, assim como o desenho de quadros especiais e, mais recentemente, as simulações realizadas no âmbito do novo Regulamento de Avaliação do Mérito dos Militares das Forças Armadas. Seguiu-se a perspetiva do Instituto Hidrográfico, pelo Dr. José Paulo Pinto, que expôs um sistema de apoio à decisão para o encerramento das barras dos portos nacionais, onde foi notória a necessidade de envolver o utilizador final no processo de elaboração da ferramenta. Finalmente, foi possível perceber como é encarada a Pesquisa Operacional no CASNAV, órgão de ciência e tecnologia da Marinha do Brasil, através da intervenção do CFR Leandro Teixeira, doutorado em Investigação Operacional pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Desta intervenção, salienta-se a conceção do modelo de Gestão do Ciclo de Vida na Marinha do Brasil, onde se procura o equilíbrio entre o custo total do ciclo de vida e a disponibilidade operacional das unidades navais.

O Painel 2 “Novos desafios e oportunidades para a Investigação Operacional”, moderado pelo Prof. Vitor Lobo, Diretor do Centro de Investigação Naval, foi inteiramente dedicado à aplicação da Investigação Operacional ao meio académico e empresarial. Começando por um ex-oficial da RN que prestou serviço no CIOA, o Prof. Dr. Carlos Bana e Costa, co-autor da metodologia MACBETH<sup>1</sup>, que permite avaliar opções qualitativamente através de processos de análise multicritério, demonstrou na sua apresentação alguns dos erros comuns que ocorrem no processo de tomada de decisão nas organizações. Seguiu-se o Dr. João Bana e Costa, fundador da plataforma de questionários online *Welphi*, que mostrou o benefício deste sistema como forma de suportar uma tomada de decisão mais rápida, colaborativa e consistente, mantendo o anonimato dos participantes. Do meio académico, o Prof. Jorge Cerdeira apresentou os desafios sentidos, frisando a necessidade de diminuir a distância sentida entre o mundo académico e o empresarial, e aproveitou a oportunidade para divulgar o XX Congresso da APDIO, a realizar-se de 22 a 24 de julho de 2019, no Instituto Politécnico de Tomar. Para terminar, o Dr. Filipe Carvalho apresentou o trabalho que tem vindo a desenvolver desde 2003 na *Wide Scope*, nomeadamente o software de planeamento de rotas, *Routyn*, através do método de otimização por restrições para resolver o problema de roteamento de veículos.

No Painel 3 “Utilização da Investigação Operacional em ambientes operacionais”, moderado pelo COM Manuel Domingues, STI, foi analisada pelo Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, a necessidade de aproximar ainda mais a comunidade de analistas da área de Investigação Operacional da Marinha à componente



Painel 1: “A Investigação Operacional nas Forças Armadas”



Painel 2: “Novos desafios e oportunidades para a Investigação Operacional”




Painel 3: “Utilização da Investigação Operacional em ambientes operacionais”

operacional, nomeadamente às operações navais. Paralelamente, obteve-se uma visão mais preocupada no respeitante à exploração e recolha de informação, através das intervenções do CMG Fialho de Jesus, Chefe do Centro de Ciberdefesa do Estado-Maior-General das Forças Armadas.

Em forma de conclusão, neste seminário foram levantados diversos desafios para o futuro: desde a cooperação entre o meio académico e o tecido empresarial na análise de novos problemas de Investigação Operacional, à partilha de conhecimento sobre Sistemas de Informação com o intuito de os inovar, e finalmente à abordagem mais adequada para tratar novas fontes de dados, integrando-as na nova arquitetura de *Big Data*.

E assim se passaram 50 ANOS DA INVESTIGAÇÃO OPERACIONAL NA MARINHA. Que venham mais, com saúde, para este ramo da Matemática Aplicada!

  
**José Cervaens Rodrigues**  
 CMG REF  
**Sofia Isabel Miranda**  
 CTEN  
**Marina Colaço Ferreira**  
 CTEN  
**Rui Gonçalves de Deus**  
 1TEN TSN-EIO

#### Notas:

<sup>1</sup> *Measuring Attractiveness by a Categorical Based Evaluation Technique* (MACBETH).

# PRINCÍPIOS DE DIREITO MARÍTIMO

## A MULTIFUNCIONALIDADE DA AUTORIDADE MARÍTIMA LOCAL E OS REGIMES SANCIONATÓRIOS DO FORO MARÍTIMO

Uma autoridade com a configuração jurídico-funcional da Autoridade Marítima Local (AML), aqui entendida na exacta definição estatuída no nº 1, do artigo 13º, do Decreto-Lei nº 44/2002, de 2 de Março – diploma que procedeu ao primeiro e fundamental degrau da reforma de todo o quadro da Autoridade Marítima Nacional (AMN), da Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM) e da Polícia Marítima (PM) –, exige, na amplitude de todas as suas intervenções, um interesse acrescido por aqueles que são estudiosos do direito marítimo aplicado, em especial pela específica pauta técnico-administrativa que regula a sua actividade, os órgãos em si, e a especialíssima relação intrínseca que tem com uma estrutura absolutamente nuclear ao exercício da autoridade pública nos espaços dominiais, portuários e marítimos, que é a Polícia Marítima.

A sua multifuncionalidade é especialmente evidente na amplíssima moldura de competências que a lei lhe comete, quer pelo que resulta expressamente do artigo 13º do DL 44/2002, quer por um muito vasto elenco de diplomas vigentes no ordenamento jurídico nacional, factor que reflecte, em toda a sua extensão material, a absoluta imprescindibilidade do Estado Português deter um órgão com estas características específicas – exigidas, também, naturalmente, pela natureza própria do meio marítimo-portuário –, ainda mais sendo caracterizado por estar, desde sempre, sedado num formato administrativo desconcentrado, local, de evidente proximidade, sem prejuízo da verticalidade hierárquica funcional com que a lei o define.

Estudando uma entidade com estas características, é de sobremaneira importante atentar no formato de *auctoritas* que a lei lhe confere, e que se plasma, se quisermos atentar apenas na formação decisória, nos actos e procedimentos que regulam situações e que se corporizam em decisões administrativas e, no âmbito que a lei lhes confere, em decisões do foro contra-ordenacional. Esta especialíssima *auctoritas* é, nesta reflexão, especialmente relevante quanto a estas últimas, tanto pelo que se estabelece na forma conjugada no nº 7, do artigo 13º, do DL 44/2002, e no artigo 5º da Lei nº 35/86, de 4 de Setembro, como pela natureza conceptual de ser a AML a decidir em matéria contraordenacional em mais de 20 (vinte) regimes sancionatórios marítimos. E esta sua premissa funcional é tanto mais relevante como o é o facto das coimas deverem ser adequadas ao sentido público que se visa com os regimes estatuídos, traduzindo-se na *censurabilidade do acto* – ilícito – praticado, susceptível de causar danos a bens públicos ou que integram bens no património público, tais como

a defesa e preservação das espécies, a protecção do meio ecosistémico marinho, a salvaguarda do ordenamento costeiro, ou a garantia da boa execução e desenvolvimento das actividades marítimas e portuárias; são, portanto, a consequência jurídica do dano causado pelo cometimento do ilícito contra-ordenacional típico do direito marítimo.

No âmbito do designado direito contra-ordenacional, o regime geral atribui legitimidade à autoridade administrativa para aplicar sanções, atribuindo-lhe, como a doutrina aponta, uma posição jurídica de *supremacia*, ou seja, um poder público de autoridade, *in casu*, sancionatório, com vista à realização dos fins de interesse público, ou seja, *prevenindo e corrigindo* situações típicas de irregularidade e ilegalidade, sendo que, paralelamente, vincula, no aplicável, os cidadãos às decisões da Administração. Os regimes contra-ordenacionais têm, portanto, uma dupla função jurídica, e são fundamentais ao exercício da autoridade pública. Assim, e estando inerente nas situações em que os mesmos se aplicam a violação dos valores que o dano inflige, é especialmente relevante atentar na preocupação do legislador aquando da formulação dos regimes contra-ordenacionais específicos, dos quais, pela natureza do presente artigo, apenas atentaremos em dois deles: a poluição marítima e os ilícitos contra-ordenacionais tipificados pelo DL 45/2002, de 2 de Março.

O quadro jurídico português, em matéria de poluição marítima, sustenta as suas premissas no estabelecido na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), em especial nos pontos 4) e 5) do artigo 1º, na alínea h), do nº 2, do artigo 19º, na alínea f), do nº 1, do artigo 21º, artigos 56º e 58º, e, no geral, a Parte XII, designadamente nos artigos 195º, 210º, 211º, 218º, e 220º e 226º, e, também, em todo o âmbito convencional previsto no artigo 2º do Decreto-lei nº 235/2000, de 26 de Setembro, em especial a Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL) de 1973, e respectivo Protocolo de 1978, a Convenção para a Prevenção da Poluição Marinha de Origem Telúrica, de Paris, 1974, e a Convenção para a Protecção do Meio marinho do Atlântico Nordeste, de Paris, de 1992.

Nos princípios e pressupostos definidos, o quadro de sanções aplicáveis deve ser adequado ao tipo de dano gerado pelo infractor, tomando em consideração qualquer alteração do meio marinho directa ou indirectamente provocada pelo Homem, sendo fundamental, nesta dimensão, a política pública definida, a qual tem por premissa, além do princípio da legalidade sancionatória, o princípio da protecção e preservação do meio marinho e, atenta a valorização axiológica das preocupações com a defesa ambiental e eco-sistémica





mica, uma clara e eficaz assunção do princípio do poluidor-pagador. O DL 235/2000, que foi algo inovador no espaço europeu na tipologia de regime que assume, revogou o Decreto-Lei nº 90/71, de 22 de Março, e teve como uma das bases da sua construção normativa o pressuposto de competência de um órgão colegial, tal como estabelecido no seu artigo 11º, e que indicou, com mais solidez funcional, dois anos depois, a institucionalização do Conselho Consultivo da Autoridade Marítima Nacional (CCAMN) nos termos definidos no artigo 4º, e no nº 2, do artigo 5º, ambos do DL 44/2002, dando-se maior sustentabilidade material ao fenómeno da poluição do meio marinho, e o impacto que tem no âmbito de diversos sectores do conhecimento, o que havia justificado a sua tipificação como uma das atribuições cometidas ao Sistema da Autoridade Marítima (SAM), pelas alíneas d) e e), do nº 2, do artigo 6º, do DL 43/2002, de 2 de Março.

Os processos de contra-ordenação<sup>1</sup>, após instrução em âmbito da AML – no qual tem função primordial a PM, através das perícias investigatórias e instrutórias que possui –, onde ocorra o facto ilícito, são remetidos à DGAM para uma primeira análise jurídica acerca da sua instrução, sendo que, desde que estejam em condições de apreciação, são agendados para reunião do CCAMN conforme resulta do estabelecido no supramencionado artigo 11º do DL 235/2000 e da Portaria 522/2001, 25 de Maio<sup>2</sup>.

Ao DL 235/2000 é inerente uma função preventiva no que respeita à poluição marinha, definindo uma moldura sancionatória gravosa – que, há 18 anos, foi até tida como algo exagerada – com o pressuposto jurídico de dissuadir comportamentos<sup>3</sup> susceptíveis de causar danos nas águas soberanas e jurisdicionais de Portugal, onde circula um intenso tráfego. Após a criação do Conselho, foram já apreciados mais de 145 processos, e fixados à volta de 3,7 milhões € em coimas, cujo produto se destina, num valor significativo (60%), aos cofres do Estado – sendo os restantes 40% empregues em despesas de Funcionamento e Investimento –, existindo, portanto, num âmbito em que o património eco-sistémico marinho é ofendido ou sofre danos, uma filosofia *compensatória* como uma das características deste regime sancionatório marítimo. Um pouco complementar a este regime, surgiu, já em 2005, o regime estabelecido pelo Decreto-Lei nº 64/2005, de 15 de Março, cujo conteúdo material, em especial dos seus artigos 2º, 3º, 7º e 10º, tem especial interesse neste âmbito, matéria que, contudo, reservaremos para outro artigo.

Noutro âmbito, o DL 45/2002 tem um enquadramento e conteúdo muito específicos; com efeito, a necessidade de regular a violação das determinações da AML, mantendo a lógica jurídica que havia sustentado a codificação que foi o Regulamento Geral das Capitanias (RGC) de 1972, originou aquele que foi o designado *terceiro pilar* da reforma da Autoridade Marítima de 2002,

e cuja vigência iniciou todo um procedimento que garante, indubitavelmente, uma maior eficácia à tomada de decisões.

A evolução administrativa do exercício da AML, e a necessidade de se assegurar uma intervenção pública adequada e bem assim o evitarem-se vazios legais que subsistiam<sup>4</sup>, apuraram o objectivo de consignar prescrições para garantir a segurança de pessoas, bens, navios, embarcações, apetrechos e equipamentos, como um dos pressupostos da autoridade pública local. Foi, assim, decidido estabelecer um mecanismo sancionatório contra-ordenacional às prescrições e determinações específicas do supramencionado artigo 13º do DL 44/2002 – entre outros –, designadamente as que resultam de actividades intrinsecamente relacionadas com a segurança da navegação que não estivessem abrangidas por outros regimes, tendo o diploma tipificado, no seu artigo 4º, três níveis de gravidade e bem assim um quadro específico de medidas cautelares que, na ponderação jurídica então aduzida, garantem executoriedade às competências da AML. Este diploma trouxe, ainda, uma relevância específica na solidez jurídica que induziu a determinadas dimensões das actividades portuárias – porque eram situações que não estavam abrangidas por nenhum regime sancionatório em especial, sendo que algumas delas tinham constituído nos anos setenta e oitenta do Séc. XX as chamadas *transgressões marítimas* – bem como, por exemplo quanto às determinações em matéria de segurança da navegação, introduziu aspectos de regime que viriam a ser complementados, em razão da matéria, por regimes posteriores, designadamente, quanto a acesso e largada dos navios e embarcações ao/do porto, o próprio Decreto-lei nº 370/2007, de 6 de Novembro, que oportunamente analisaremos.



**Dr. Luís da Costa Diogo**  
Diretor Jurídico da DGAM

**Dra. Andreia Caneira da Silva**  
Mestranda em Ciências Jurídico-Forenses

**N.R.** Os autores não adotam o novo acordo ortográfico

#### Notas:

<sup>1</sup> A Lei 56/2011, de 15 de Novembro, veio introduzir uma alteração ao Código Penal, e com ela o ilícito de poluição susceptível de tipificação penal, podendo obedecer à respectiva tramitação processual, quando os seus pressupostos estiverem preenchidos, e, ainda, quando a autoridade judiciária assim o avaliar. Este mecanismo, contudo, precisamente atento o impacto eco-sistémico de determinados derrames e a tipificação de determinados comportamentos, já estava previsto no próprio DL 235/2000, designadamente no nº 3 do seu artigo 14º. Resultante dos pressupostos da Lei, a AML passou a reportar, ao MP, toda e qualquer situação de poluição susceptível de configurar crime, tendo já ocorrido desde então variadas situações em que a autoridade judiciária definiu que a situação teria enquadramento penal, e, portanto, seria a PM como órgão de polícia criminal a assumir a respectiva investigação.

<sup>2</sup> Ver estudo analítico em “O Conselho Consultivo da Autoridade Marítima e o seu regime de competências”, Anais do Clube Militar Naval, 2.º semestre de 2013.

<sup>3</sup> Ver avaliação sobre a filosofia de enquadramento e regime em “O novo quadro sancionatório da União Europeia aplicável à poluição marítima por navios”, in Revista da Armada, Fevereiro de 2010.

<sup>4</sup> E evitar o vazio ao mesmo tempo que se assegure uma maior garantia e segurança aos que usam todo o espaço dominial marítimo e portuário, uma vez que, ao regular com maior precisão e objectividade o *poder sancionatório* – como poder de aplicar sanções administrativas através do acto administrativo, quer no âmbito das suas relações especiais ou gerais, e segundo um *juízo valorativo de oportunidade* – salvaguardam-se, com consistência, os limites a um outro poder característico de determinadas actuações dos órgãos administrativos, que é o da *discricionariedade*.



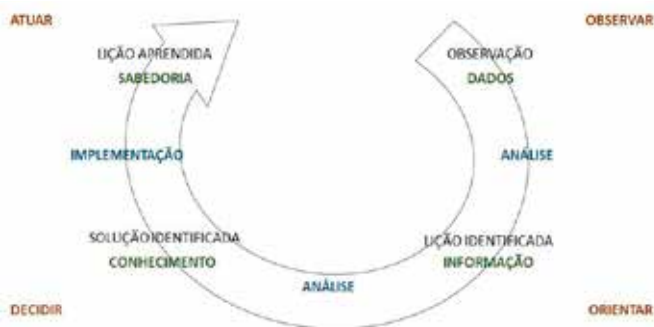
## LIÇÕES APRENDIDAS

“No man should ever die because of a lesson we should have learned and we didn’t.”  
General James Mattis<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Uma cultura de Lições Aprendidas não serve para apontar o dedo nem fazer a demonstração de maus resultados mas antes, evitar que se cometam os mesmos erros ou capitalizar nos sucessos alcançados tentando replicar os seus efeitos positivos.

A missão de uma Capacidade de Lições Aprendidas é desenvolver uma cultura de aprendizagem que permita o melhoramento contínuo de uma determinada organização. O cumprimento desta missão (**fim**), executando as diversas tarefas, deve ser garantida por pessoal treinado com as necessárias ferramentas (**meios**) e que aplicam o processo (**método**) para a contínua transformação e adaptação da organização aos ambientes internos e externos, evitando as ameaças e potenciando as oportunidades. Para alcançar este desiderato, a organização deve continuamente valorizar os elementos funcionais da capacidade de lições aprendidas nos âmbitos da doutrina, da organização, do treino, do material, da liderança, do pessoal, da infraestrutura e da necessária interoperabilidade entre os diversos intervenientes envolvidos no processo.



Os Comandantes, Diretores ou Chefes devem, pois, ser responsáveis por edificar esta capacidade nas suas organizações individuais, adaptar as circunstâncias às suas realidades, designar pelo menos um responsável por estas matérias e promulgar, conforme ditado pelas circunstâncias, instruções permanentes, temporárias ou outro tipo de documentação reguladora da atividade em apreço. Do grumete ao almirante, do soldado ao general, todos devem contribuir para e comungar do processo de aprendizagem da organização, transformando meras observações em informação útil e esta em conhecimento de que resultará sabedoria. As lições aprendidas nas organizações não têm “dono” e pertencem a todos, porque a todos dizem respeito e interessam.

A valorização e o reconhecimento da importância do processo de aprendizagem é, pois, uma inegável realidade, principalmente nas estruturas militares, interpretadas como organizações aprenden-

tes (*learning organisations*). Tanto indivíduos como organizações, não se podem dar ao luxo de repetir os mesmos erros ou ignorar a possibilidade de repetir êxitos alcançados. Os recursos que se podem perder com os erros é um inaceitável desperdício e os dividendos, de sucessos passados, é um imperativo organizacional.

Embora o conceito de lições aprendidas tenha evoluído, de forma mais ou menos formal, assegurando a sua presença nas mais diversas organizações, o certo é que essa capacidade ainda padece de fragilidades que não são de somenos importância, particularmente, em conjunturas de fortes restrições orçamentais que obrigam a uma utilização mais judiciosa dos escassos recursos disponibilizados.

Assim, a mais eficiente condução do trabalho, evitando o erro, capitalizando no sucesso alcançado, potenciando as sinergias presentes, permitindo economias de escala e, em última análise, evitando acidentes, incidentes ou danos no pessoal ou material, devem ser prioridades permanentes de qualquer organização.

Tendencialmente, as capacidades de lições aprendidas surgem por força da necessidade pontual para tratar questões circunstanciantes à realidade de cada organização, particularmente ao nível mais baixo da organização militar, o tático, onde a necessidade de aprender é mais premente e visível. As próprias doutrinas, a estes níveis, refletem as necessidades de cada área específica de interesse, não havendo, em regra, um instrumento integrador para evitar o fenómeno do *stovepiping*, em que cada chaminé está dissociada da outra e a partilha de experiência é fraca ou mesmo inexistente.

A proliferação de bases de dados, um pouco avulso e normalmente de cariz operacional, mesmo com objetivos estabelecidos, instruções temporárias e outras de natureza técnica já promulgadas, denotam claros sinais de que as lições aprendidas são matérias operacionais, relacionadas com exercícios e operações, confinadas aos ambientes operacionais. No confinamento dessas realidades, a capacidade de lições aprendidas, antes desajável em todos os setores da organização, transversal a todas as suas áreas funcionais e envolvendo todos os seus militares, civis e militarizados, que coletivamente comungam do mesmo desejo para aprenderem a ser melhores e evitarem o pior, acabam por ficar reféns das realidades que apenas serve alguns mas não serve seguramente o interesse geral.

A aparente inexistência de pessoal detentor das perícias e treino necessários para gerirem esta capacidade orgânica nas suas estruturas é potencialmente um sinal de alguma fragilidade. Na verdade, muitas bases de dados, com as palavras *lições aprendidas*, facilmente associadas ao conceito, podem eventualmente estar sujeitas a um pequeno reparo. Porventura, não são sequer bases de dados de lições aprendidas, mas antes repositórios de observações e, potencialmente, de algumas lições identificadas,



podendo apenas constituir-se como plataformas colaborativas para se proceder a alguma análise básica. De facto, a lição só é aprendida quando há um efeito transformador na organização nos âmbitos da doutrina, do treino, do material, dos processos ou de alguma capacidade que venha ser fortalecida ou alterada.

## DOCTRINA

O que parece ser evidente é que as Chefias deverão atribuir uma maior prioridade e envolverem-se mais no processo das lições aprendidas, dando mais direção e orientação aos seus respetivos subordinados e promulgando instruções em conformidade. A inexistência de uma doutrina estratégica importa ser sanada para que, aos restantes níveis hierárquicos, diretivas e instruções possam ser produzidas por efeito cascata, à semelhança das Diretivas Setoriais ou de Comando que são discorridas das diretivas de nível estratégico, dos ATP, ALP, AAP, APP, etc. da NATO que são consequência dos AJP<sup>2</sup> e das Instruções Técnicas (IT) que resultam de Instruções Permanentes (IP) ou de Normas de Execução Permanente (NEP).

O presente artigo propõe-se proporcionar alguma reflexão sobre a necessidade de se edificarem eficientes capacidades de lições aprendidas nas organizações, primeiramente ao mais alto nível e de forma coerente e articulada nos restantes setores, proporcionando assim um entendimento coletivo sobre estas matérias, atribuindo-se-lhes a importância que se julga merecerem.

A capacidade de lições aprendidas em qualquer organização poderá ser orientada, ao mais alto nível, por doutrina a ser promulgada pelo nível estratégico e não exclusivamente, nem explicitamente, pelas restantes diretivas e outra documentação estruturante em vigor, particularmente aquela que existe na NATO. Essa orientação, do escalão superior, constituirá uma vontade clara e visível para que a organização se adapte, se desenvolva e se transforme com recurso a uma aprendizagem contínua, em sede de um processo de lições aprendidas, muito para além do horizonte finito das bases de dados existentes em vários organismos militares.

Uma grande parte do sucesso desta capacidade irá depender da forma como as pessoas sejam capazes de trabalhar em conjunto, identificando a necessidade de implementarem medidas para melhorarem os seus processos, de trocarem experiências e ideias e de partilharem as boas práticas que possam emergir dessas interações.

## TERMINOLOGIA

O correto uso do léxico para garantir disciplina na linguagem e terminologia usada, bem como coerência na aplicação dos conceitos, é de extrema importância. Para os efeitos do presente artigo, e de forma necessariamente sucinta, destacam-se alguns termos do processo em apreço.

- a) **Observação.** Evento ou ocorrência observada que necessita de ser eliminado, corrigido ou replicado no sentido de aumentar a eficiência, eficácia ou uma capacidade.
  - a. **Primária.** Uma observação que necessita de análise para determinar as causas de raiz que deram origem ao evento ou à ocorrência.
  - b. **Amadurecida.** Uma observação com uma breve análise, facultando evidências e dados suficientes para compreender as suas causas de raiz e que manifesta a necessidade de ser resolvida com a implementação de uma ou mais medidas corretivas.
- b) **Análise.** Estudo de um todo, examinando as suas partes constituintes e as interações que cada uma tem com as outras. No processo de lições aprendidas, a análise vai amadurecer uma dada ocorrência que revela necessidade de melhor

atenção, determinar se é sistemática ou casuística e perceber quais as causas de raiz que lhe deram origem. Uma ocorrência casuística poderá imediatamente ser posta de parte, caso não se preveja que venha a repetir-se ou que não se trate de uma situação recorrente, sistemática ou de uma moda.

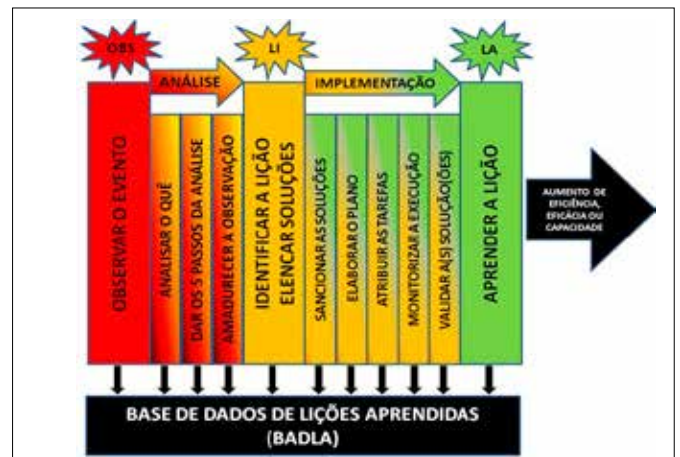
- c) **Lição Identificada (LI).** Uma observação amadurecida para a qual as causas de raiz foram determinadas e uma ou mais soluções para a corrigir, eliminar ou replicar foram sancionadas. Uma LI progride ao longo de vários passos que permitem transformá-la numa Lição Aprendida.
- d) **Lição Aprendida (LA).** Demonstração prática e factual de que houve lugar a um aumento de eficiência, eficácia ou de uma capacidade fruto da implementação de uma ou mais soluções a uma LI. Essa demonstração prática passa pela ratificação e validação das soluções implementadas pela autoridade competente.

## PROCESSO

O processo de lições aprendidas deve ser estruturado por forma a, através de uma criteriosa análise, amadurecer as observações de eventos ou de ocorrências, transformá-las em lições identificadas com análise e, conseqüentemente, em lições aprendidas.

Igualmente importante, uma **Visão** (para onde se quer ir) deve ser definida para manter os responsáveis focados em alcançarem o desejado **Estado Final** (o que atingir), através de determinadas **Linhas de Ação** (como chegar ao Estado Final).

A figura abaixo ilustra, genericamente, os diversos passos de um Processo de Lições Aprendidas.



Processo de Lições Aprendidas

## CONCLUSÃO

Lições Aprendidas é uma matéria de todos e para todos, de que todos podem beneficiar, devendo haver uma explícita direção e orientação superior fortemente empenhada em criar essa cultura na organização, o que também permitirá, no mais curto intervalo de tempo considerado razoável, transformar esta importantíssima atividade numa simples rotina.

Amaral Mota<sup>3</sup>  
CMG

### Notas:

- <sup>1</sup> General de 4 estrelas dos US Marines, Secretário de Defesa dos EUA até ao passado dia 31 de dezembro de 2018, entre muitos altos cargos e Comandos nas Guerras do Iraque e do Afeganistão, antigo Comandante Supremo da Aliança OTAN para a Transformação.
- <sup>2</sup> Allied Joint, Tactical, Logistics, Administrative, Procedural Publications
- <sup>3</sup> Chefe do Gabinete e Ligação aos Adidos de Defesa e Militares (GLADM) do CISMIL/EMGFA.

## LIVROS

# OS FUZILEIROS

## em África 1961-1974

## APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Este livro, mais uma obra do Prof. John P. Cann com edição da Tribuna da História, foi apresentado na Escola de Fuzileiros, a 7 de julho de 2018 (Dia do Fuzileiro), pelo ALM REF Nuno Vieira Matias, que comandou na Guiné o Destacamento de Fuzileiros Especiais 13 (DFE13).

No evento, o ALM Vieira Matias acrescentou valor à obra referindo não só casos vividos pelo seu Destacamento, mas também o conhecimento pessoal do autor. Referiu nomeadamente que: (i) na “Operação Grande Colheita”, na Península do Sambuíá, o DFE13 efetuou a maior captura de armamento, de uma só vez, na guerra de África – mais de 100.000 munições, de armamento portátil, granadas de morteiro, de canhão sem recuo, granadas foguete, minas, armadilhas e mais de 200 armas de vários calibres; foram também encontrados medicamentos, uma régua de cálculo, livros e revistas pornográficas soviéticas; e (ii) de entre as 4 baixas sofridas pelo seu Destacamento, uma delas – do Marinheiro Fuzileiro Especial Ferreira, honra à sua memória – ocorreu ao seu lado, ao ser despedaçado pela detonação de uma granada de RPG2, de origem soviética.

O primeiro encontro com o autor do livro aconteceu no final de 1994, durante uma vinda a Lisboa dedicada à investigação para a sua tese. A entrevista então feita ao ALM Vieira Matias versou a sua experiência dos conflitos africanos; dois anos depois saiu nos EUA o livro “*Counter Insurgency in Africa – The Portuguese Way of War, 1961-1974*”. O livro resultou do trabalho de doutoramento e seria apenas a primeira de várias obras sobre as campanhas portuguesas, com análises de conjunto e também específicas do Exército, da Marinha e da Força Aérea.

## O AUTOR

John P. Cann, ex-oficial aviador da U.S. Navy, é doutorado em estudos de guerra pelo King’s College de Londres, desde 1996, e é investigador e professor aposentado de Assuntos de Segurança Nacional da Universidade do Corpo de Fuzileiros dos EUA; foi membro da equipa de investigação do “Institute for Defense Analyses” e bolseiro residente da Universidade da Virgínia. Durante o serviço ativo na U.S. Navy, foi por diversas vezes colocado no Comando da Área Ibero-Atlântica da NATO, em Oeiras, entre 1987 e 1992, como reforço do seu estado-maior em exercícios.

Os contactos com oficiais portugueses dos 3 ramos das Forças Armadas, durante essas estadias, suscitaram-lhe grande curiosidade e admiração pelas campanhas portuguesas em África, de 1961 a 1974. Ficou deveras impressionado pela forma como um pequeno país, Portugal: (i) sustentara três frentes de guerra, a mais longínqua delas a mais de 8 mil quilómetros de distância,



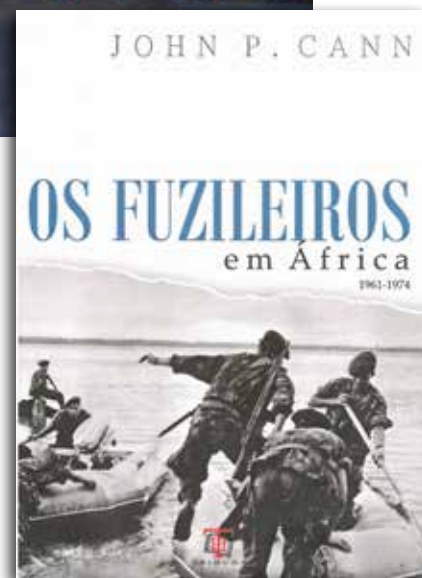
durante 13 anos, com uma gestão de operações imaginativa; e (ii) adaptara estratégias e organizações com muito limitados recursos. E de tal forma sentiu o caso, que o decidiu estudar e escolher como tema para a tese de doutoramento, que elaborou entre 1993 e 1996.

As suas diversas obras suscitaram o interesse internacional pela reflexão sobre a temática abordada – um brilhante, notável e verdadeiro exemplo de planear e de fazer a guerra com limitados meios materiais e humanos – pelo que, a pedido da editora Helion & Company, escreveu mais um livro sobre os Paraquedistas, outro sobre os Comandos (2016), o “*The Flechas – Insurgent Hunting in Eastern Angola, 1965-1974*” (2013) e o “*The Fuzileiros – Portuguese Marines in Africa 1961-1974*”. De todos eles há já uma edição em português, da Tribuna da História.

## A OBRA

Ressalta da sua leitura que o livro constitui um trabalho rigoroso, profundo, inteligente e honesto, e uma muito nobre e tocante homenagem, não só a todos os Fuzileiros que tombaram no Campo da Honra, mas também àqueles que, nas três frentes de combate africanas, se sacrificaram e cumpriram com brio e honra a sua missão.

Na contracapa pode ler-se “... da atuação dos Fuzileiros Portugueses, um corpo militar com quase quatro séculos de tradição





(...). No seguimento dos acontecimentos no Congo Belga em finais da década de 1950 e por empenhamento do almirante Roboredo, em 1961 este corpo foi novamente reativado, com elementos da Marinha enviados a treinar nas Marinhas Francesa e Britânica e com a criação da Escola de Fuzileiros em Vale de Zebro. (...) Os fuzileiros foram submetidos a um dos mais longos e fisicamente exigentes treinos de infantaria do mundo, com uma duração de quarenta e duas semanas, uma percentagem de 15% a 35% de sucesso e a obtenção da desejada boina azul”.

Portugal teve então que adaptar as suas “Forças Armadas ao novo tipo de guerra e criou unidades especialmente vocacionadas para esse desafio, adaptando-se à nova guerra ao invés de tentar combatê-la com forças inadequadas”, conforme indica o autor na sua “Introdução”, onde também refere que “(...) Um dos progressos mais notáveis foi o da criação e do uso de forças especiais para combater os insurretos. Devido à vastidão e à variedade do terreno de batalha, foi necessário criar especializações dentro das forças especiais. Os Fuzileiros foram empregues no ambiente aquático e a nossa história começa precisamente com a sua reativação para garantir a segurança ao longo dos cursos de água. Num ambiente ribeirinho, a segurança tinha de ser estendida a terra, ao longo das margens, para controlar o uso dos rios”.

A obra descreve de facto, com invulgar rigor, sensibilidade e isenção, o modo como os Fuzileiros da Marinha Portuguesa atuaram “sobre a terra e sobre o mar” e igualmente nas vastas redes fluviais dos três teatros de operações africanos. Também avalia, com saber e proximidade, a sua organização, as suas tão imaginativas e variadas operações e a sua eficácia. Tudo isso ilustrado com muitas e interessantes fotografias reais, obtidas por Fuzileiros nos locais de ação.

O Capítulo I, “Para África”, constitui um verdadeiro estudo de situação, com a envolvente externa de Portugal até ao princípio dos anos 1960 e com a abordagem do “Planeamento da Guerra Naval”, bem marcado pela ação do Alm. Roboredo e Silva ao fazer renascer os Fuzileiros e ao dar início à adequação dos meios navais às futuras necessidades em navios oceânicos, lanchas de fiscalização, lanchas de desembarque grandes, médias e pequenas e também botes pneumáticos, primeiro os *Zodiac* e, depois, os *Zebro*, de fabrico nacional. Continua com uma descrição genérica das “Operações” e com uma avaliação do “Inimigo”. Completa o estudo de situação o artigo “Os Fuzileiros”, com a sua história, a herança dos Royal Marines e a orgânica que adotaram na Metrópole e no Ultramar. Engloba ainda um conjunto de tabelas de dados estatísticos das unidades de fuzileiros que atuaram em Angola, na Guiné e em Moçambique, entre 1961 e 1974.

Os quatro capítulos seguintes analisam a atividade operacional nos vários teatros de operações e resultam de uma detalhada investigação do autor, baseada em documentos e em entrevistas de pessoas diretamente ligadas às operações dos Fuzileiros. Eis alguns exemplos:

1 - No Rio Zaire foi construída uma linha de postos de vigilância pelo pessoal fuzileiro, que passou a operar em terra e no agreste rio e a funcionar, além de combatente, também como agricultor e pescador, por óbvias necessidades logísticas. A sua eficácia foi determinante para a contenção dessa frente de luta.

2 - Sobre a Guiné, para além do enquadramento operacional geral, é realçada a multivalência dos Fuzileiros, atuando conjuntamente com navios, meios aéreos, forças terrestres; são salientadas, com algum pormenor, as operações “Tridente” (1964), “Via Láctea” e “Grande Colheita” (1969), e “Mar Verde” (1970). Nas operações de 1969 particulariza a ação da Marinha graças à sua grande eficácia na contenção da infiltração de meios mate-



riais e humanos, a partir do Senegal, atuando no Rio Cacheu, seus afluentes, margens e áreas próximas, ao longo de meses, 24 horas por dia, contribuindo, nomeadamente, para uma enorme redução da atividade do PAIGC.

3 - A “Operação Mar Verde”, em Conakri, constituiu um sucesso do ponto de vista militar, com a concretização dos objetivos da libertação dos 26 militares portugueses aí presos e do afundamento das 7 lanchas rápidas lança mísseis e torpedos que a União Soviética tinha fornecido ao PAIGC e à Guiné Conakri. Estas poriam em causa o controlo português do mar e a consequente continuidade do transporte seguro de bens e de pessoas – centenas de milhar, ao longo dos 13 anos de guerra.

O Capítulo IV, “O Niassa e o Oceano Índico”, para além de abordar as operações, desenvolve os temas “O Problema dos Rebeldes”, “O Empenhamento Naval”, as “Operações no Niassa” e as “Operações no Oceano Índico”.

O Capítulo V, “O Leste de Angola”, aborda a extensão, a partir de 1965, das operações da Marinha no leste de Angola. Os Fuzileiros tentaram aí controlar os sistemas fluviais e o comércio que fluía nos rios, tal como tinham feito no Zaire, assim como, “*procuraram antes conquistar as populações do litoral e influenciar positivamente o cenário económico e político, no combate à doutrina rebelde*”. O capítulo termina com referências a “Problemas dos Rebeldes” e às questões da “Ação e Reação”.

O sintético capítulo final, intitulado “O Preço”, refere os “custos” (humanos e materiais); é aí que aparece a tabela dos “Fuzileiros mortos em África, 1962-1975”, porventura a componente mais custosa da estatística – “*de 12.500 fuzileiros que combateram durante os 14 anos de guerra, 154 deixaram as suas vidas em África*”; destes, mais de metade (86) morreram na Guiné.

Mas também há referências e dados estatísticos muito elogiosos para Portugal, para a Marinha e, particularmente, para os Fuzileiros: “*Durante 13 anos, Portugal foi confrontado por uma comunidade internacional manifestamente hostil à sua presença em África (...) Essa atitude de hostilidade ignorava os séculos de presença portuguesa nessas regiões africanas e os esforços portugueses para promover aí avanços na educação e na saúde, bem como prosperidade económica*”.

Mais adiante, acrescenta “*Os Fuzileiros (...) agiram de forma notável (...) e deixaram o continente africano de cabeça erguida. (...) Os Fuzileiros prosseguem hoje, orgulhosamente, a sua tradição como força de (...) infantaria ligeira de elite e com capacidade de reação rápida*”.

Colaboração do ALM REF VIEIRA MATIAS

# ESQUADRAS DE NAVEGAÇÃO TERRESTRE

Oprezado leitor não se equivocou; de facto, leu correctamente: **Esquadras de Navegação Terrestre!** Que **estória** é esta? É o que sucintamente se irá explanar. Resta ao autor deste texto esclarecer o incauto leitor que o mérito não lhe compete mas sim ao jornalista madeirense César Pestana, que preservou uma realidade hoje praticamente desconhecida da maioria dos seus conterrâneos, pois de *uma coisa da Madeira* se trata.

Corria o ano de 1998, quando em missão de Classificação e Selecção no Funchal (todos os anos, elementos dos três Ramos eram destacados para o Centro Temporário daquele Arquipélago, para inspecionar e classificar os *mancebos*), como Chefe do Gabinete Médico, o narrador teve oportunidade de conhecer e conviver com o Sr. Coronel Fonseca Alferes, Chefe do DRM (Distrito de Recrutamento Militar) do Funchal. Não sendo madeirense, muito estimava a ilha, que considerava sua terra adoptiva. Dele ouviu esta curiosa **estória**, e dele recebeu (por grande gentileza e generosidade) uma última edição(?) da obra de César Pestana.

Passemos aos factos:

A Ilha da Madeira era, no último quartel do século XIX, não obstante ser local de escala, entreposto comercial (na época, no Ciclo, já em decadência, do Vinho da Madeira) e local procurado por distintos doentes da *tísica*<sup>1</sup> das mais variadas nacionalidades<sup>2</sup>, um local relativamente isolado<sup>3</sup>. Havia, naturalmente, para alguns privilegiados e elementos da sociedade estrangeira, as tertúlias locais, bailes e, raramente, alguns espectáculos de Teatro (Funchal). Não existiam, na época, futebol, telégrafo, rádio e muito menos televisão!!!! Daí que alguns elementos da sociedade madeirense se tivessem arrematado numa **Esquadra Submarina**<sup>4</sup> de **Navegação Terrestre (E.S.N.T.)**, pouco antes de 1880, cuja actividade consistia em paradas, marchas e ataques devidamente planeados a diferentes Unidades Navais, na realidade casas e quintas de elementos mais abastados e categorizados (e consequentemente os mais graduados)<sup>5</sup>, acabando, após bem sucedidas negociações de rendição, em *tainadas*, *comezainas*<sup>6</sup>, jogos de cartas, como a bisca e voltarete, ou xadrez. Posteriormente, como é expectável na natureza humana, houve discórdias e cisões, formando-se a **Esquadra Torpedeira de Navegação Terrestre (E.T.N.T.)**, em 1903, dissidente da anterior, e **Esquadra Independente de Navegação Terrestre (E.I.N.T.)**, em 1905, dissidente de ambas.

César Pestana refere-se a estas esquadras nestes termos: *apesar dos títulos de guerra e aparato militar e naval, eram agremiações essencialmente desportivas – campistas, náuticas e... gastronómicas. A par dos exercícios físicos e da instrução militar*



*Estado-Maior da E.S.N.T. – Da esquerda para a direita: Dr. Barreto Gonçalves, Capitão-Médico; Diogo Sarsfield, 1º-Tenente; Eduardo Sarsfield, Almirante; Dr. Frederico Martins, Capitão-Tenente; João Godinho, Capitão-de-Fragata; José Cândido de Abreu Henriques, José Paulo dos Santos e Augusto Ferraz, Capitães-de-Mar-e-Guerra; Pe. Justino Henriques, Capelão*

*preparatória, ministrada por especializados, dedicavam-se ao pedestrianismo – com as suas longas marchas militares<sup>7</sup> pelos subúrbios da cidade – aos exercícios náuticos – para os quais a baía do Funchal e a costa leste se prestavam admiravelmente<sup>8</sup>, – e à prática elementar da navegação de guerra<sup>9</sup>– com os seus dissimulados embarques e desembarques, transmissão de sinais com bandeiras e o manejo discreto de armas de fogo.*

Estas agremiações tinham *constituição orgânica com carácter tipicamente naval* e copiavam os regulamentos da Marinha de Guerra, sendo rigorosa a disciplina e obrigatório o uniforme em Serviço! Os uniformes eram similares ou idênticos aos da Armada Real e tinham espadas, pistolas, espingardas (obsoletas ou emprestadas dos depósitos da Polícia ou Guarda Fiscal!) e até, pasmem-se, pequenos canhões. Os oficiais de patente superior eram pessoas gradas da comunidade ou bem instaladas, chegando a haver mais Almirantes nas Esquadras de Navegação Terrestre que proporcionalmente na Marinha de Guerra. Tinham Banda, Oficiais-Médicos e Capelães!! Alguns dos oficiais eram verdadeiros Oficiais do Exército ou altos funcionários do Estado; na generalidade, as Esquadras incluíam, ainda, novos e velhos burgueses, empregados superiores do comércio e desportistas endinheirados. Dado o calibre das rações de combate (acompanhadas por bebidas a condizer...) e dos ranchos servidos nos acampamentos, bem como o improvável risco de guerra real, os candidatos eram muitos... Por conseguinte, a incorporação era alvo de uma selecção cuidadosa, sob proposta de elementos das Esquadras (três por candidato). Os efectivos chegaram a cerca de 150 na **Submarina** e de 200 na **Esquadra Torpedeira!** Como





Uma unidade naval no lago da Quinta do Monte



Exercícios – Marcha

todos queriam, naturalmente, ascender na hierarquia, as promoções eram alvo de grande competição e chegava a haver muito mais oficiais e graduados do que praças (como hoje, em algumas Unidades das nossas Forças Armadas...). Em parte, esta situação pode ter contribuído para o naufrágio das Esquadras...

As Quintas e Vilas dos Oficiais Superiores constituíam as unidades navais (tendo cada uma a sua guarnição) de cada Esquadra, com construções adequadas, com as suas torres e pontes de comando construídas de madeira, e os altos mastaréus, com as suas gáveas e traquetes, sobre que drapejavam ao vento os galhardetes, flâmulas e os mariatos com as suas bandeiras de sinalização – para as respectivas comunicações<sup>10</sup> ou transmissão de “ordens de serviço”. A verdade é que alguns Oficiais Superiores tinham yachts mas, para missões de viagem de cadetes ou de guerra, alugavam-se mesmo navios de cabotagem, como nos casos de um desembarque em Santa Cruz ou de uma tomada da Vila de Machico...

Perguntava-se César Pestana como é que as autoridades toleravam isto!!! Só à luz da época e tendo em conta as pacíficas refregas, claro... Contudo, pelo menos três episódios houve em que as coisas podiam ter dado para o torto. Passamos a explicar: a certa altura, o navio-escola francês “Melpomene”, após uma visita de cortesia à Ilha, e pouco depois de deixar o Porto do Funchal, foi surpreendido por três tiros de aviso e respectiva sinalização, intimando-o a parar e a retroceder, o que fez com inusitado espanto... Tratou-se de uma partida, que poderia ter consequências diplomáticas, por parte de um Oficial (cuja identidade nunca se conseguiu apurar...!), com residência junto do Forte de S. Tiago, que se lembrou, por brincadeira, de disparar a sua bombarda... Um outro episódio, trágico-cómico, ocorreu quando um insigne Oficial regressava, pela madrugada, de uma reunião de Estado-Maior, devidamente regada, e que tomou um grupo de Cama-

cheiras<sup>11</sup>, que se dirigiam à feira, por uma formação inimiga, de possíveis tropas desembarcadas, avançando *camoufladamente*<sup>12</sup> para a cidade, perto da sua residência. Só pelo facto da esposa do mesmo, alertada pelo alarido, ter assomado à janela, se salvaram as pobres mulheres! Mas a cereja no topo do bolo da audácia das Esquadras ocorreu em 1901, aquando da visita ao Arquipélago de El-Rei D. Carlos e da Rainha D. Amélia. Aqui registam-se duas versões: uma em que perfilaram em luzidia formatura no Largo da Fonte, tendo o Governador titubeado perante o pedido de esclarecimento de El-Rei sobre qual a Unidade de origem de tão esplêndida Formação (tendo a Augusta Personagem, ao perceber a farsa, ordenado imediata dissolução das Esquadras), e uma outra, em que as Esquadras teriam salvado, com a respectiva artilharia, o Casal Real, ao chegar a uma festa na Quinta de Rosa Machado (Monte), tendo El-Rei, mediante um esclarecimento algo atabalhoado, comentado “— Mas enganaram-se no mês. A Quadra própria já passou...”, com regozijo geral, embora comedido.

O ocaso das **Esquadras de Navegação Terrestre** ocorreu anos depois, por altura da deflagração da 1ª Grande Guerra, quando as coisas ameaçavam tornar-se sérias... Senão vejamos: eram agremiações que conheciam regulamentos, disciplina, ordem unida e manejo de armas (mesmo não as disparando regularmente): que tentação para as Comissões de Recrutamento! Então, usando um termo castrense, **desenfiaram-se... O tempo, o mores!**<sup>13</sup>

Regista-se, no entanto, que houve um ressurgimento *parcial* (à paisana), na década de 30 do século XX, sob a forma de uma *colectividade clubística e gastronómica, designada **Nau Sem Rumo**, prestimosa associação de comerciantes e industriais, ainda existente, mantendo o presidente da Direcção o título pomposo de **Almirante***<sup>14</sup>.



Rui Pires de Carvalho  
TCOR MED RES (EXE)

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

#### Notas:

- <sup>1</sup> Expressão vulgar, na época, para designar a tuberculose
- <sup>2</sup> A título de curiosidade invocam-se a Princesa Amélia de Bragança (que aí morreu), a Imperatriz Sissi, Paul Langerhans, entre outros
- <sup>3</sup> Na realidade, além da característica insular, a geografia muito acidentada fazia com que a navegação ao longo da costa (cabotagem) permitisse uma deslocação mais rápida do que atravessar a ilha!
- <sup>4</sup> *Esquadra submarina de navegação terrestre* porque os ataques inicialmente se realizavam à sombra ou a coberto das folhas ondulantes da cana de açúcar ou das bananeiras e, como tal, em terra (aparentemente a ideia desta designação é atribuída ao Padre Accioui, homem chistoso e com presença de espírito)
- <sup>5</sup> As vilas e quintas eram classificadas como fragatas, corvetas ou canhoneiras consoante a importância dos seus proprietários
- <sup>6</sup> Expressões do vulgo, da responsabilidade do autor deste texto
- <sup>7</sup> Já em itálico no original
- <sup>8</sup> Conforme original
- <sup>9</sup> Já em itálico no original
- <sup>10</sup> Com códigos de sinalização devidamente elaborados
- <sup>11</sup> Camponesas da Camacha
- <sup>12</sup> Conforme original
- <sup>13</sup> Ó tempo, ó costumes! (máxima latina)
- <sup>14</sup> Já em itálico no original

#### Bibliografia e Iconografia

PESTANA, César – Esquadras de Navegação Terrestre – diversas edições/separatas  
BAPTISTA, A. Poiares – Revista da Ordem dos Médicos nº 132 Julho/Agosto de 2012  
Internet – site de geocaching (com texto descritivo rigoroso, baseado na obra de César Pestana, e um excelente acervo fotográfico) – [https://www.geocaching.com/seek/cache\\_details.aspx?guid=e180b335...](https://www.geocaching.com/seek/cache_details.aspx?guid=e180b335...)  
Arquivo do autor

## ENTREGAS DE COMANDO/TOMADAS DE POSSE

### DIRETOR DA REVISTA DA ARMADA

Realizou-se no dia 19 de dezembro, no Salão Nobre do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Armada, a tomada de posse do novo Diretor da Revista da Armada, CALM Aníbal José Ramos Borges, em substituição do CALM João Leonardo Valente dos Santos, que vinha exercendo o cargo desde 2 de dezembro de 2016.

A cerimónia foi presidida pelo Almirante CEMA, que impôs a Medalha de Mérito Militar de 1ª Classe ao Diretor cessante, após leitura de louvor.

Após leitura do despacho de tomada de posse, usou da palavra o novo Diretor, que começou por agradecer a confiança do Chefe da Marinha “para dirigir um órgão de informação oficial de tão grande visibilidade e sensibilidade para a nossa Marinha, e de tão grande responsabilidade perante toda a Família Naval”.

Dirigindo-se a todos os oficiais gerais, restantes oficiais, sargentos, praças e civis presentes, agradeceu a presença, enquanto inequívoca prova de solidariedade e consideração, e solicitou a colaboração através da escrita de artigos, da disponibilização de fotografias, da sugestão de abordagens, da crítica e da divulgação duma Revista da Armada (RA) que se quer que continue a projetar bem longe aquilo que de relevo se passa ou passou dentro de portas, a entreter, a apoiar e a passar uma imagem humilde de bem querer e de bem fazer, tão própria dos marinheiros.

Dirigindo-se ao Diretor da Comissão Cultural de Marinha e anterior Diretor da RA, agradeceu o legado e a esplêndida “mãozinha” na passagem de serviço e afirmou esperar levar “a nau a bom porto”, i.e. “reforçar o espírito de Corpo que une o pessoal militar, militarizado e civil da Marinha e, simultaneamente, dar a conhecer à sociedade civil as missões, atividades e a realidade da Instituição” relativamente à RA e, com isso, contribuir para a missão da Comissão Cultural.

O CALM Ramos Borges nasceu em 1957 em Maiorca, Figueira da Foz, onde fez os estudos liceais. Concluiu a licenciatura em Ciências Militares Navais – Marinha, na Escola Naval, em 1979. Foi promovido ao atual posto a 10 de março de 2010 e encontra-se na Reserva na efetividade de serviço.

Está habilitado com uma Pós-graduação em Estratégia, com o Curso de Defesa Nacional e com inúmeros cursos de especialização, de atualização, de aperfeiçoamento e de progressão na carreira.

A bordo exerceu diversas funções durante treze anos de embarque em diferentes unidades navais - Chefe de vários Serviços e Departamentos, membro de



As últimas palavras do novo Diretor foram dirigidas aos militares e civis da RA, esperando dessa equipa coesão e motivação face a uma tarefa que não vai ser fácil; salientou que, juntos, haveriam de encontrar nas adversidades a força, a criatividade e a imaginação que irão permitir prosseguir, ousar ir mais longe e aproveitar as oportunidades realçadas numa matriz SWOT, numa busca continuada de qualidade e de excelência, valores esses bem característicos da Marinha.

Por fim, tomou a palavra o ALM CEMA que agradeceu o empenho do Diretor cessante, traduzido no louvor que lhe concedeu, e a disponibilidade do novo Diretor para assumir um cargo de grande importância para a Marinha, dando-lhe um voto de total confiança. Acrescentou que a RA está a pouco mais de 2 anos dos 50 anos de existência e que é e deve continuar a ser um pilar de coesão institucional e de divulgação externa, a militares e civis, nacionais e estrangeiros, da imagem Marinha.

Estado-maior colateral e Comandante (NRP *Cunene*, *Rovuma* e *Honório Barreto*).

Em terra desempenhou diversas funções no Grupo Um de Escolas, na Direção de Navios (onde merece destaque a participação no Grupo de Trabalho para a materialização do Navio de Patrulha Oceânica), no Instituto Superior Naval de Guerra, no Quartel-General do Allied Command Transformation da NATO em Norfolk (acumulando com o NATO Undersea Research Centre em La Spezia), na Escola Naval, no Instituto de Estudos Superiores Militares, no Centro de Informações e Segurança Militares, no Conselho Superior de Disciplina da Armada, nas Jornadas do Mar e no Grupo de Estudos e Reflexão de Estratégia.

### COMANDANTE DA ESQUADRILHA DE NAVIOS DE SUPERFÍCIE

No dia 12 de novembro, tomou posse como Comandante da Esquadilha de Navios de Superfície (ENSUP) o CMG Silva Pereira, em substituição do CMG Diogo Arroiteia, em cerimónia presidida pelo Comandante Naval, VALM Gouveia e Melo, na BNL, a bordo do NRP *D. Francisco de Almeida*.

Após ter sido lida a Ordem, o novo Comandante da ENSUP afirmou que contaria com a sua guarnição para garantir que os que andam no mar sintam que alguém em terra olha por eles, tendo sempre ciente que o sucesso da ENSUP é o sucesso dos navios que apoia. Afirmou também que contava com a colaboração dos comandantes das unidades que pertencem, administrativamente, à ENSUP, para encontrar soluções que permitam aos navios cumprir a missão com eficácia e eficiência, tendo sempre presente que a segurança do pessoal e do material são primordiais.

O Comandante Naval, na sua alocação, explicitou que a definição de “problema” consiste numa “oportunidade para as pessoas demonstrarem aquilo que valem”, tendo evidenciado o papel preponderante e exemplar da ENSUP no aprontamento e sustentação das unidades navais.



Terminada a cerimónia, foi servido um almoço a bordo do navio.

N.R. O CV do CMG Silva Pereira foi publicado na edição nº 536/JAN2019, aquando da sua Tomada de Posse como Comandante da Força Naval Portuguesa – PRMARFOR.





## ACADEMIA DE MARINHA

# SESSÃO SOLENE DE ENCERRAMENTO DO ANO ACADÉMICO

Sob a presidência do Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Mendes Calado, teve lugar em 11 de dezembro, no Auditório da Academia de Marinha, a Sessão Solene de Encerramento do Ano Académico de 2018.

O evento iniciou-se com a entrega do colar-insígnia e respetivo diploma de Membro Efetivo da Classe das Artes Letras e Ciências ao Chefe do Estado-Maior da Armada e do diploma de Membro Honorário ao Almirante Nuno Vieira Matias, anterior Presidente da Academia.

Após agradecer ao Almirante CEMA, o ter aceitado presidir à Sessão, o Presidente da Academia de Marinha, Almirante Vidal Abreu, referiu o trabalho desenvolvido durante os três anos do Conselho Académico eleito no final de 2015.

Assim, destacou os seguintes pontos: A manutenção da atividade cultural das terças-feiras a que têm vindo a ser acrescentadas sessões extraordinárias, normalmente em conjunto com Universidades ou Centros de Investigação, bem como o lançamento de livros da autoria de académicos; A organização de ciclos de conferências envolvendo dois, três ou quatro oradores; A realização dos três habituais concursos para prémios literários e artísticos e o Simpósio de História Marítima, tendo sido criado um Simpósio dedicado ao Oriente, bem como um prémio ligado à mesma temática; A execução de sessões conjuntas com as outras academias nacionais, sempre que efemérides nacionais ou mundiais assim o justificaram; A produção de uma Newsletter de base mensal que retrata a atividade da Academia e a Revista da Armada passou a apresentar, em todos os seus números, uma página da responsabilidade da



Academia; Os quadros de académicos foram anualmente renovados e rejuvenescidos, tendo sido admitidos neste triénio 51 novos membros; A criação estatutária do órgão Presidente de Honra da Academia, associado à figura do Presidente da República; Atualização do Regulamento Interno; e, finalmente o lançamento do programa das “Comemorações dos 50 anos da Academia de Marinha”, que ocorrerão ao longo de 2019.

Seguiu-se a comunicação do Académico Manuel Braga da Cruz, intitulada “O Mar na identidade nacional portuguesa”, na qual evidenciou a importância do Mar como uma unidade na diversidade geográfica, na dimensão cultural de Portugal como país latino, católico e atlântico. Considerou também que esse Mar se inscreve numa Epopeia passada, de importância geoestratégica atual e essencial numa perspetiva futura.

*José dos Santos Maia*  
SAJ

## POEMA

### A Fragata

*Na marginal olho o rio.  
Imponente a navegar,  
A fragata faz-se ao mar,  
A jusante do bugio.*

*É da Armada o tal navio.  
De bandeira a desfraldar,  
Na despedida a acenar,  
Com enlevo eu sinto brio.*

*Que importa o rumo traçado,  
Qual o porto desejado,  
Propósito que o moveu?*

*Quando o mar se subordina  
À nação que o domina,  
Impondo o poder que é seu?*

*Lopes de Matos*  
SAJ SE REF



# CURSO "D. LOURENÇO DE ALMEIDA"

## 60 ANOS

Nos passados dias 2 e 3 de dezembro, o curso "D. Lourenço de Almeida" (LA) comemorou os 60 anos de entrada na Escola Naval (EN).

As comemorações tiveram início na Igreja da Memória, o nosso Templo Cas-trense, com uma missa de Ação de Graças pelos 60 anos do Curso e também de sufrágio pelos 19 camaradas já falecidos. A Eucaristia foi presidida pelo CFR CAP Joaquim Nazaré, atual Capelão do Hospital das Forças Armadas, e teve a colaboração da soprano Joana Martins e da violoncelista Catarina Anacleto.

Seguidamente, realizou-se no Clube Militar Naval um almoço-convívio, com a presença do casal Cyrne de Castro.

No dia 3, o programa teve início com uma visita e apresentação de cumprimentos ao Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada que teve a gentileza de nos contemplar com uma breve visita às novas instalações do seu Gabinete.

Após a visita, o curso deslocou-se à EN onde procedeu à assinatura do Livro de Honra, apresentou cumprimentos ao Comandante, CALM Simões Marques, fez a fotografia de curso na escadaria principal e assistiu à conferência do Comandante Cyrne de Castro, instrutor de Navegação e Cálculos Náuticos do curso.

Seguiu-se uma visita às novas instalações, que terminou com o descerramento da placa alusiva à efeméride no átrio do edifício do internato. Os membros do curso assistiram ao desfile do Corpo de Alunos formado na parada, que foi antecedido pela exortação aos cadetes proferida pelo VALM Artur Junqueiro Sarmento.



Foto SAI A. Ferreira Dias

Concluído o desfile, teve lugar um almoço volante na camarilha do Comandante, onde o CALM Roque Martins, em nome do curso, dirigiu palavras de agradecimento ao Comandante da Escola pela excelente recepção, e evocou o enorme prestígio do Comandante da EN de há sessenta anos, ALM Sarmento Rodrigues, prestígio esse que foi transmitido a toda a Escola.

Atraídos pelo grande valor do Almirante, muitos oficiais concorreram à Escola Naval, enriquecendo-a como notáveis professores, que ainda hoje são recordados com saudade.

De salientar, ainda, o cunho cultural introduzido no ensino com a existência de uma conferência semanal, à 5ª feira após o almoço, em todos os cursos. Assim, passaram pela EN imensas personalidades da vida cultural, nacionais e estrangeiras, como o Prof. Adriano Moreira, o Comandante Veiga de Oliveira, Alain

### EXORTAÇÃO DO VALM ARTUR JUNQUEIRO SARMENTO

*"Há sessenta anos, quando aqui entrámos, deparámos com o busto do Infante D. Henrique e com a divisa desta escola "TALANT DE BIEN FAIRE "que depressa aprendemos o seu significado, a vontade de bem fazer, exortando a um esforço pessoal para atingir a perfeição. Ficámos cientes do trabalho que nos aguardava, dado que nesse ano de 1958, no mês de Setembro, tinha sido promulgada uma grande reforma no ensino desta escola que, mantendo-se fiel à sua divisa "talant de bien faire," introduziu profundas alterações no programa de ensino, das quais destacaria: a reformulação do primeiro ano por forma a integrar as matérias até então ministradas nos preparatórios universitários; a preparação militar e naval passou a ser proporcionada de igual forma, a todos os futuros oficiais, adequada à atividade específica de cada uma das classes; bem como, com o fim de obter o melhor rendimento, passaram a ser comuns a todos, a instrução militar, o ensino da marinharía, a orgânica geral dos serviços de bordo e de guarnição. Além disso, todo o programa do curso foi modernizado, de acordo com as novas tecnologias e com o estado da ciência.*

*Foram grandes alterações e nós fomos o primeiro curso dessa nova reforma. Foi também o nosso curso o último a admitir cadetes destinados à Aviação Naval.*

*Aqui, nesta Escola, começámos a criar uma amizade e camaradagem que perdura e que foi cimentada na nossa extraordinária e inesquecível viagem de instrução, a volta ao mundo, onde nos foi dada uma oportunidade única, de ir à descoberta de mares, continentes e culturas desconhecidas. O nosso curso passou a ser conhecido não pelo nome do seu patrono, D. Lourenço de Almeida, mas pelo curso da volta ao mundo.*

*Servimos a Marinha em terra e no mar, em situações calmas e de maior complexidade, participámos em operações em África, sempre com o mesmo sentimento de bem servir.*

*Alguns de nós desistiram da carreira naval e seguiram outras vidas. No entanto todos continuámos a ser da Marinha, porque aqui aprendemos e interiorizámos, tal como vos vai acontecer, que a Marinha somos nós. Este sentimento ficou para sempre gravado nas nossas almas.*

*Passados 60 anos aqui estamos, não só para recordar velhos tempos, mas principalmente para agradecer à EN toda a formação que nos deu.*

*Alunos da EN, o curso "D. Lourenço de Almeida" deseja-vos bons ventos e mar de feição para a vossas carreiras."*



Bombard, Christine Garnier, Comandante Teixeira da Mota, Engenheiro Edgar Cardoso, Dr. Azeredo Perdigão, Prof. Reynaldo dos Santos, Comandante Eugénio Conceição Silva, e muitos oficiais de Marinha, grande parte ligados ao Ultramar.

Esta ação cultural, foi considerada como o possível embrião do futuro Grupo de Estudos de História Marítima, e posteriormente Centro de Estudos de Marinha e Academia de Marinha, levados a efeito mais tarde pelo ALM Sarmiento Rodrigues.

Evocou ainda o CALM Roque Martins o grande incremento dado ao desporto na Escola Naval pelo seu curso, com equipas muito bem classificadas nos campeonatos universitários de futebol, andebol e atletismo, para além dos já tradicionais remo e vela, que a imprensa ia noticiando com relevo.

Por último e mais uma vez, uma menção especial à principal referência do Curso, a “Viagem de circum-navegação”, viagem essa que foi o corolário de uma conjuntura favorável que aliou a viagem de instrução dos cadetes projetada para o 4º semestre do curso, que coincidiu com o ano das “Comemorações Henriquinas” (1960), com a necessidade de substituir um Aviso de 1ª classe que se encontrava na Índia com o tempo de comissão já ultrapassado. Como já foi referido, esta viagem, de quatro meses, é a principal responsável pela grande camaradagem e espírito de corpo existentes entre todos os elementos do Curso, ao longo destes 60 anos.

Antes de terminar, o orador deixou uma mensagem de saudade pelos 19 camaradas já falecidos e ainda lamentou a ausência do chefe do curso, doente há cerca de dez anos.



Por fim, o CALM Roque Martins, em nome do Curso, agradeceu à Escola Naval, na pessoa do seu Comandante, CALM Simões Marques, tudo o que a Escola ensinou.

Colaboração do CURSO “D. LOURENÇO DE ALMEIDA”



Festa de Finalistas, em 17NOV1961



# DIREÇÃO DE NAVIOS

## 25 ANOS

O início da década de 90 trouxe novos desafios à Marinha, nomeadamente com a chegada de modernos e sofisticados meios navais, as fragatas da classe *Vasco da Gama*. Houve então que implementar novos processos e procedimentos, novos padrões de manutenção e alterar significativamente a estrutura orgânica do setor do material.

Agregando anteriores estruturas orgânicas – a Direção de Construções, a Direção do Serviço de Manutenção e o Gabinete de Estudos – a criação da Direção de Navios (DN), em 1 de janeiro de 1994, veio responder a esse desafio de inovação, no sentido de cada navio ser abordado de forma integrada ao longo do seu ciclo de vida.

Nestes últimos 25 anos a DN não só consolidou as competências técnicas da sua responsabilidade e competência, mas também, olhando o futuro, acompanhou o desenvolvimento da automação dos sistemas autónomos, dos sistemas de computação, da integração e da inteligência artificial, procurando manter a Marinha na vanguarda da engenharia nacional.

Do programa das comemorações do 25º aniversário, nos dias 8 e 9 de janeiro, constaram atividades de caráter cultural e de lazer, destinadas à sua guarnição (uma caminhada seguida duma visita guiada ao Museu Naval em Cacilhas e uma sessão no Planetário Calouste Gulbenkian) e outras de natureza protocolar, de que se destacam: (i) a cerimónia de imposição de condecorações e entrega de certificados de reconhecimento aos funcionários civis com 25 anos de “casa”; (ii) a fotografia da guarnição na entrada do edifício; (iii) o almoço comemorativo, que contou com a presença dos antigos Diretores; e (iv) uma exposição fotográfica alusiva à atividade e natureza da missão da DN.

Houve ainda lugar ao descerramento da placa comemorativa do 25º aniversário, ponto de maior simbolismo e significado, sendo a cerimónia presidida pelo VALM Coelho Cândido, atual Superintendente do Material (SM). Estiveram presentes o primeiro Diretor de Navios, CALM ECN REF Martins Guerreiro, outros antigos Diretores, o último Diretor da Direção do Serviço de Manutenção e diversos convidados externos.

No discurso que se seguiu, o CALM EMQ Ramos Borges, atual Diretor de Navios, realçou o fato de, em 2018, dois dos três navios que passaram ao estado de armamento pela primeira vez (construções novas realizadas em consórcio pelo estaleiro privado WESTSEA e pela empresa EDISOFT) terem sido concluídos no prazo e no orçamento. Quanto ao desafio da recuperação do nível de manutenção da esquadra, frisou que “...o que investirmos hoje determinará os meios que teremos amanhã. Para uma esquadra de 37 navios, manter um nível de manutenção adequado do sistema casco implica realizar, em média, só em docagens, oito por ano. Acrescem todos os sistemas da plataforma, das armas e sensores com diferentes e diversificadas necessidades de manutenção (...) construindo e mantendo navios prontos, da forma mais eficiente e eficaz”. Terminou com palavras de apreço aos Diretores e guarnições que serviram na DN nos últimos 25 anos.

Antes do corte do bolo de aniversário e do tradicional porto de honra, usou da palavra o VALM SM, dando os parabéns à DN pelos seus 25 anos de excelentes e relevantes serviços prestados à Esquadra e à Marinha, felicitando todos quantos lá prestam ser-



viço, pugnando, com grande empenho e espírito de missão, com competência técnica e com uma cuidada análise de condição, pelo apoio próximo (e pelo recurso ao 3º escalão da manutenção, nomeadamente à Arsenal do Alfeite SA, quando necessário) e ajudando não só ao ambiente de confiança entre as guarnições, mas também à prontidão da Esquadra. Continuou frisando que “O tempo presente é de contenção, mas (...) a DN tem pela frente (...): a recuperação do elevado défice de manutenção dos navios; o cumprimento dos ciclos de manutenção dos submarinos; a conclusão do programa de modernização das Fragatas; a modernização da Sagres e do Creoula; a remotorização dos Heli-cópteros; a substituição do Bérrio; e os projetos de construção de seis NPO e um navio Polivalente Logístico”.

Dados estatísticos desde 01JAN94	
Navios aumentados ao efetivo:	15
Navios desarmados para abate:	37
Docagens e alagens realizadas:	177 (7 por ano)
Processos técnicos de fabricos:	258 RI + 414 PR (27 por ano)
Listas de Fabricos e de Trabalhos elaboradas:	38.241 (1530 por ano)
Pedidos de intervenção (DSM58 / DN58) recebidos:	117.185 (4680 por ano)
Nº. de registos ativos no Arquivo Técnico:	46.994
Registos em suporte digital:	7740 (16% do total)



## NOTÍCIAS

### RECORDAR O PASSADO NA BNL

#### ENCONTRO DA MARINHA COM AS ASSOCIAÇÕES E NÚCLEOS DE EX-MARINHEIROS



Por iniciativa do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, realizou-se no passado dia 22 de setembro, nas instalações da Base Naval de Lisboa (BNL), o primeiro Encontro da Marinha com as Associações e Núcleos de Ex-Militares da Marinha (ANEMM).

Desde o passado recente que a Marinha tem vindo a valorizar e fortalecer a sua relação institucional com estas entidades associativas, cuja crescente participação nas cerimónias militares e eventos internos da Marinha tem contribuído para reforçar significativamente as relações afetivas, históricas, culturais e sociais entre ambas as partes, promovendo o surgimento de novas áreas de intercâmbio e contribuindo significativamente para dignificação e relevo do papel que as Associações e Núcleos protagonizam junto do poder local e no seio das comunidades onde se encontram inseridos.

Tendo como referência a Diretiva Estratégica da Marinha 2018, e nomeadamente o contido no texto do seu Objetivo Estratégico E6 – “Dinamizar a abertura da Marinha à sociedade e aos cidadãos”, as atuais ANEMM, agregando um valioso capital humano de atuais e ex-servidores da Marinha, poderão tornar-se parceiros ainda mais válidos para o efeito pretendido, de uma maior aproximação à sociedade e aos cidadãos, e o consequente reforço da divulgação das atividades da Marinha, ao nível nacional, nomeadamente nas regiões onde se encontram sediadas, tendo sido neste contexto, recentemente aprovado o Plano de Cooperação Entre a Marinha e as Associações de Ex-Militares da

Marinha, documento balizador das ações e iniciativas, a considerar futuramente na ligação entre as duas entidades.

O programa deste Encontro incluiu uma primeira parte de visita aos navios atracados na BNL, seguido de uma apresentação institucional sobre a Marinha atual, a sua estrutura, capacidades, meios e missões, tendo sido no final, após uma alocução do Almirante CEMA, entregue a cada uma das Associações e Núcleos um diploma de participação neste evento e um conjunto de artigos da divulgação da Marinha.

Após a fotografia de família tirada no cais de honra da BNL, tendo por cenário de fundo o NRP *Sagres*, foi servido um almoço a todos os presentes.

Atualmente encontram-se ativas 34 Associações, Núcleos ou Grupos de Ex-Militares da Marinha.

Existem ainda cerca de 10 Associações, Núcleos ou Grupos de Ex-Militares da Marinha que foram extintas, ou cuja atividade se encontra em acentuado declínio.

Este Encontro, que trouxe de novo à BNL, porto de partida para muitas e longas comissões de serviço no passado, cerca de centena e meia de ex-marujos e fuzileiros, que ali retornaram, muitos deles, cerca de quarenta anos depois, transformou-se num convívio de *sã camaradagem* e amizade, e num reviver de memórias e experiências vividas, que ainda hoje enaltecem o profundo orgulho de cada um deles ter servido incondicional e abnegadamente a sua briosa Marinha e Portugal, nos contornos da sua história militar recente.

## ASSOCIAÇÃO DE MARINHEIROS DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

A Associação de Marinheiros de Trás-os-Montes e Alto Douro participou ativamente na organização e realização das cerimónias comemorativas do centenário da morte em combate do Comandante Carvalho Araújo, que tiveram lugar em Vila Real durante todo o ano de 2018 e terminaram no passado dia 11 de novembro, com a apresentação de um livro sobre o tema.

No dia 14 de outubro, e no âmbito dessas comemorações, o Almirante CEMA e AMN esteve em Vila Real presidindo à cerimónia de Guarda de Honra junto à estátua de Carvalho Araújo. No final, o Almirante CEMA e AMN reuniu com a direção e demais associados da Associação de Marinheiros, em cerimónia protocolar de cumprimentos e troca de lembranças.





# A TERRA ATREME

05 NOVEMBRO 2018 - 11H05

Decorreu no passado dia 5 de novembro a 6ª edição do exercício público de âmbito nacional de sensibilização para o risco sísmico “A Terra Treme”, em conformidade com a estratégia nacional de proteção civil preventiva, aprovada pela resolução do conselho de Ministros nº 160/2017, de 30 de novembro.

O exercício teve por objetivo primordial a prática dos “3 gestos que salvam” – BAIXAR, PROTEGER e AGUARDAR –, dando igualmente a conhecer as medidas preventivas e os comportamentos de autoproteção a adotar antes, durante e depois do sismo, contribuindo para um maior nível de segurança e resiliência na Marinha, face a eventuais catástrofes. Algumas Unidades aproveitaram inclusivamente para ensaiar os seus Planos de Evacuação, avaliando desta forma o grau de organização da sua guarnição.



Findo o exercício, foi promovida uma reflexão interna onde se identificaram os aspetos positivos e as oportunidades de melhoria. Diante das conclusões aferidas, algumas Unidades tomaram ações de imediato, nomeadamente a formação do seu pessoal para determinadas questões técnicas, com vista a uma melhoria contínua face a futuros eventos.

Os objetivos a alcançar durante o exercício e as respetivas instruções foram divulgadas às unidades, estabelecimentos e órgãos, deixando à consideração dos respetivos comandantes, diretores ou chefes o nível de empenhamento, tendo a coordenação ficado a cargo do Departamento de Segurança e Ambiente da Inspeção-Geral da Marinha.

## NÚCLEO DE RADIOAMADORES DA ARMADA | INTERNATIONAL NAVAL CONTEST

Coube ao Núcleo de Radioamadores da Armada (NRA) a organização do *International Naval Contest*, nos dias 8 e 9 de dezembro de 2018, evento que se realiza, anualmente, no âmbito das Marinhas de 10 países europeus.

A partir da sede do NRA, a estação CS5NRA contactou com 133 estações de amador; a bordo da fragata *D. Fernando II e Glória*, a estação CS5DFG permitiu-nos estabelecer contactos com 131 estações. Esteve também no ar a estação CS5SUB, atribuída ao submarino *Barracuda*, que efectuou 101 contactos. No total fizemos 365 contactos com estações congéneres de amador, todas elas ligadas às respetivas Marinhas.

Foi, de novo, mais uma excelente atividade para o NRA já que se pode destacar, internacionalmente, a importância destes dois navios-museu, uma vez que, na sequência do contacto rádio, a estação interlocutora tem a oportunidade de ler, nas bases de

dados ligadas ao radioamadorismo, a história que envolve a fragata *D. Fernando II e Glória* e o submarino *Barracuda*.

BMARS	Belgian Maritime Amateur Radio Society:	BM
MFCA	Marine Funker Club Austria:	CA
FNARS	Finnish Naval Amateur Radio Society:	FN
INORC	Italian Naval “Old Rhythmers” Club”:	IN
MARAC	Marine Amateur Radio Club Netherlands:	MA
MF	Marinefunker-Runde e.V.:	MF
ARMII	Associazione Radioamatori Marini Italiani:	MI
RNARS	Royal Naval Amateur Radio Society:	RN
YO-MARC	Romanian Marine Radio Amateur Club:	YO
NRA	Núcleo de Radioamadores da Armada Portugal:	PN

José Costa  
Ex-Mar C 137072 CT4GN

# Marinheiros da Esperança

para crianças que sonham com o mar...

Este é um belo livro feito ...para crianças que sonham com o mar, e por crianças que também com ele sonham, mas com uma característica muito peculiar: os autores são crianças e jovens, entre os 5 e os 18 anos, que se encontram hospitalizados de norte a sul do país, em diversos hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Com prefácio do Presidente da República e introdução do Almirante Silva Ribeiro, o livro mostra o trabalho de jovens artistas de palmo e meio, que deram asas à sua imaginação e talento, aceitando, com entusiasmo, o desafio de desenhar desde naus e caravelas até aos meios navais de hoje, ilustrando sobremaneira a paixão dos Portugueses pelo Mar. Honra-se assim a História da Marinha mais antiga do Mundo, a Marinha Portuguesa, que conta mais de 700 anos desde a sua constituição formal e ajudam-se estas e muitas outras crianças doentes, a dobrar os seus “Cabos das Tormentas” com a mesma esperança que levou os heróis marítimos portugueses a ousar navegar em circunstâncias difíceis.

Com referências históricas retiradas do livro “Marinha Portuguesa - nove séculos de História” da autoria do Cte. Rodrigues Pereira, e conceção e direção gráfica de Emília Dias da Costa, esta obra está à venda na Loja do Museu de Marinha, na Livraria da Universidade Católica (Lisboa) e no Clube Militar Naval. O produto líquido da sua venda reverterá integralmente para projetos de pedagogia nas unidades de Pediatria dos Hospitais.



## VINHO NA DIETA DE BORDO

Como é sabido, o vinho faz parte (não sei se ainda hoje assim será, mas presumo que sim), há muitos anos, da dieta de bordo dos navios de algumas Marinhas, sendo, na maior parte dos casos, considerado como elemento fundamental na alimentação e que conste nunca foi apresentado, exceptuando eventualmente nalguns casos pontuais, normalmente quando o consumo é exagerado, como elemento prejudicial da vida a bordo. Acresce ainda que, durante algum tempo, o vinho a que os mareantes tinham direito era utilizado como fonte de rendimento pela sua venda na Índia e no Brasil. Mas, como em todas as circunstâncias, excepto para a morte, existe sempre uma excepção, como parece ser o caso que hoje se relata e que, tanto quanto tenho conhecimento, constitui a explicação mais original que alguma vez encontrei para os malefícios do consumo de vinho.

Pero Roiz Soares, que nos deixou um relato dos principais acontecimentos ocorridos em Portugal, desde o reinado de D. Sebastião até quase ao final do período filipino, período esse a que o autor manifesta, com muita frequência, grande animosidade, refere que na Invencível Armada (permita-me o eventual leitor um pequeno parêntesis para realçar a ironia do nome de tal armada, já que a única vez que entrou em combate, foi vencida e quase destruída na sua totalidade) o armamento de sobressalente para a gente de mar da armada pelejar era de 7000 arcabuzes, 1000 mosquetes, 1000 partasanas<sup>1</sup>, 10.000 piques e 6000 meios piques e que no que se refere aos mantimentos transportados, calculados para uma duração prevista de 6 meses, seguiam embarcados 110.000 quintais de biscoito, 15.000 quintais de toucinho, 3433 quintais de queijos, 8000 quintais de peixe seco, 3000 quintais de arroz, 6320 fangas<sup>2</sup> de favas e grãos, 11.398 arrobas de azeite, 23.870 arrobas de vinagre, 14.170 pipas de vinho e 11.825 pipas de água, comentando, acerca dos mantimentos embarcados e respectivas quantidades, o seguinte:

“... Armada que levava mais vinho que água não podia deixar de não ter sucesso”, indicando ainda que, “conforme a dotação deveriam embarcar 28340 pipas de água e 14170 de vinho e, ainda assim, não era pouco”.

Parece, pois, que, segundo a sua opinião, a derrota da Invencível Armada se terá ficado a dever ao consumo de vinho e não a alguns outros factores que até hoje têm sido indicados como causas de tal desaire.



Cmdt. E. Gomes

Notas:

<sup>1</sup> Partasanas eram uma espécie de alabardas

<sup>2</sup> A fanga era uma unidade de medida equivalente a 4 alqueires

Fonte: Memorial de Pero Roiz Soares

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

# A REDESCOBERTA DA LINGUAGEM DO MARUJO

Todas as profissões têm uma linguagem própria, ou, no mínimo, alguns termos característicos, que as distingue das demais.

A linguagem do marinheiro é, eu diria, hermética. É, praticamente, um dialecto que não só o distingue, como o identifica.

Porquê assim tão diferente? Não sei bem, mas julgo que se trata de uma forma de selecção natural.

A vida a bordo dos navios, sobretudo os de vela, não era fácil de todo. Tanto assim, que começou por ser imposta.

Os navios não tinham grandes condições de habitabilidade.

Embora rodeados de água não era fácil garantir água potável em quantidades necessárias e suficientes para a sua tripulação (guarnição).

A higiene a bordo não era das coisas mais importantes, tendo em conta a sobrevivência. Sobrevivência em termos de mar – tempestades, orientação –, em termos de luta contra piratas e inimigos, em termos de doenças provocadas pelos alimentos ou a sua escassez, pela contaminação da água, por parasitas e pestes.

As longas permanências no mar, nessas condições, originavam doenças do foro psicológico, que terminavam muitas vezes em lutas e mortes a bordo.

Com mau tempo havia que chamar as coisas pelos nomes, para que não houvesse enganamentos funestos.

A aprendizagem era longa e severa. A linguagem acompanhava-a, indicando claramente o nível em que o aprendiz se encontrava.

Os sinais de apito acompanhavam muitas vezes as ordens verbais por se fazerem ouvir melhor, sobretudo em navios grandes ou em situações de tormenta.

Os cabos (cordas) a bordo, a navegar, tinham mais valor do que o ouro que para nada serviria, se o navio não chegasse a bom porto.

Cada um recebia designações diferenciadas de acordo com o uso que lhe era dado. Só aí, a linguagem do marujo enriqueceu o dicionário linguístico com um sem número de nomes.

Só para que conste e enfatizando esta última afirmação, apresentam-se a seguir algumas designações de *gacheta*, que é um entrançado de cabo, com várias aplicações a bordo:

— “coberta, de cus-de-porco, de duas faces ou fluvial, de espinha, de impunidouro ou cadeia de impunidouro, de meia cana, de meias voltas, de nós direitos, de nós tortos, de nove, de nozinhos, de pato ou cadeia dobrada (francesa dobrada), de quatro faces, de rabo de raposa, de rabo de cavalo, de quatro faces dum cordão ou quadrada, de tear, de três faces, de volta da ribeira, espalmada ou simples de quatro, francesa, plana inglesa, plana ordinária ou portuguesa, prismática, redonda, rectangular, Sagres, e simples de três”. (In *Linguagem do marinheiro do C.te Marques Esparteiro*)

Não sei qual a necessidade duma tão grande variedade de nomes, de que hoje só a memória resta para muitos deles.

Mas é isso, resta a memória, coisa que vai faltando para a maioria do que hoje se fabrica, se faz e, sobretudo, se promete.

O vento já não faz andar navios, antes lhes retarda a marcha.

Mas nada abranda os ventos da História.



DR

Ferreira Júnior  
CMG

N.R. O autor não adota o novo acordo ortográfico

#### Nota:

Extraído do livro “TERRA-MAR-E-GUERRA – Cogitações de um Marinheiro Alentejano”.



# AO AVESSE...E AS DESCULPAS “POR SER DA MARINHA”

*“Que grande vantagem trazer a alma virada do avesso!  
Ao menos escrevem-se versos.  
Escrevem-se versos, passa-se por doido, e depois por génio, se calhar...”*

*Acaso, In Antologia Poética de Álvaro de Campos, Fernando Pessoa*

**D**o lugar, sempre em mutação, em que a vida me colocou, há situações em que tudo parece do avesso, sem sentido. Mas ao contrário do grande Fernando Pessoa, nem sei escrever versos de valor...para dar sentido, ao que não parece estar correto e tornar a matemática da vida, experimentalmente e cientificamente certa...

A reforma da saúde militar, iniciada há cerca de seis anos, continua sem resolução próxima. Luta contra as culturas de cada ramo. Na verdade, a poucos parece interessar, mas as culturas, no que diz respeito à Saúde, são absolutamente distintas. A Marinha – em termos de filosofia de saúde – sempre privilegiou a acessibilidade e a proximidade, como acontecia no defunto Hospital da Marinha que, durante muitos anos, foi a única instituição de saúde, em Lisboa, onde não era necessário marcar consulta... Bastava aparecer, independentemente do posto... Noutros ramos, a marcação de consultas era prática comum...

A familiaridade entre utentes e pessoal de saúde também era distinta. A Marinha, noutros ramos poucos o sabem, dispensou (por tradição secular) o formalismo do “Meu”, como tratamento dos superiores. Tratamo-nos por “Senhor” (...ou agora “Senhora”). Preferimos a valência técnica ao posto militar em muitos casos. Na Saúde Naval este facto é por demais evidente no breve episódio que contarei seguidamente. Há muitos anos, era eu primeiro-tenente, participei num exercício conjunto em que cada ramo deveria estar presente com um médico e um enfermeiro. Num exercício noturno, um Major Piloto Aviador entra, com semblante alterado, e pergunta:

– *Onde está o seu Sargento?*

Com voz calma respondi: — *Não tenho nenhum Sargento. Eu estou com o Sr. Enfermeiro Francisco!*

Precisava, esse Oficial, de pessoal para o que na Marinha se chamaria “uma faina de mantimentos”. Precisava de mão-de-obra...

Esta cultura, distinta, rapidamente se entranha nos médicos e em todos os profissionais de saúde da Marinha, muitas vezes impressa na alma, pela experiência irrepitível de aproximação humana, que é o embarque. Nos navios, todos, desde o mais moderno ao mais antigo, partilham o mesmo afastamento do quotidiano das outras profissões, as mesmas dificuldades, a mesma proximidade interpar. Por isto, fica fácil perceber a saída de múltiplos médicos-navais, que pouco se adaptaram a um ambiente

comum, em que se sentem estranhos, num mundo ao avesso...

Sim, muitos outros militares da Marinha me dizem que sentem o mesmo em ambiente conjunto. Afirmo então que a situação não é, nem nunca será, totalmente comparável, pois a medicina reúne duas condições absolutamente únicas: é um trabalho de equipa e as equipas – em todo o mundo médico – são altamente hierarquizadas, só que a hierarquia é técnica (bem estabelecida, por exemplo, no nosso Serviço Nacional de Saúde). A reforma valoriza a hierarquia militar e esta, fruto da gestão dos quadros dos distintos ramos, é, muitas vezes, ao invés da diferenciação técnica. – Este desiderato é (e vai continuar a ser) incompreensível para a nova geração de médicos navais.



E nesta trama complexa, alheia a muitos, uns por interesse próprio, outros pelo desinteresse que chega naturalmente ao coração daqueles que tentam, vezes sem conta, destrinçar um caminho labiríntico, que permanece por solucionar, o meu papel é importante. Represento aqueles com quem trabalhei e me habituei a respeitar. Assim sendo, em deter-

minada reunião, entre ramos, defendi assuntos que têm a ver com a procura da harmonização entre os ramos. Estranhamente, estas razões culturais e funcionais não colheram e uma razão imposta pelo *status-quo* atual, baseando-se este nos factos e nas premissas “ao avesso” que atrás bem expliquei, teima em prevalecer. Foi aí que me ocorreu o poema que acima cito. Nessa reunião, a sorrir, acabei a pedir desculpas “por ser da Marinha” ...Também fiquei com outra certeza: ninguém naquela sala alguma vez “me considerou génio”, ou, pareceu-me bastante mais grave naquele contexto, conhece o referido poema de Fernando Pessoa...

Sorte madrasta a minha, ser da Marinha, ter avesso ao que está ao avesso e, outro crime grave, pelo qual terei merecido castigo, gostar de poesia... Nada disto é desconhecido ao leitor marinho, que me segue ao longo destes anos todos. Outros leitores, de outros ramos, certamente acham estranho, quer a natureza dos escritos, quer a longevidade da sua publicação. São mistérios – como muitas vezes eu os informo diretamente – escritos no céu, no mar e no vento. Os ingredientes que dão vida e alma ao marinho...



Doc

# APTIDÃO PARA O SERVIÇO

A avaliação da aptidão para o serviço (trabalho) é uma incumbência específica do Médico do Trabalho<sup>1</sup> que tem por objetivo fundamental avaliar as capacidades de trabalho do indivíduo face às exigências de um cargo específico, garantindo que o exercício efetivo das funções atribuídas não resulta num risco significativo para a saúde e segurança do indivíduo e/ou de terceiros. Na sua essência não tem qualquer pretensão de excluir candidatos a uma carreira profissional, tampouco de os hierarquizar por aptidão, mas as causas de inaptidão para admissão na Marinha estão listadas na Portaria n.º 790/99, de 7 de setembro, e suas alterações.

Esta avaliação médica implica, por um lado, a caracterização funcional do cargo proposto ou atual – conhecimento das tarefas implícitas e das condições em que são realizadas, sendo a observação do trabalho real a melhor forma de conhecer a atividade laboral e as suas exigências específicas; por outro, a caracterização funcional do trabalhador – apreciação da história clínica completa, da aptidão física e psíquica, da acuidade sensorial e de outros aspetos considerados relevantes. Neste contexto, para melhor fundamentar a sua decisão, o Médico do Trabalho pode solicitar pareceres de outras especialidades e/ou a colaboração de outros profissionais como, por exemplo, Monitores de Educação Física (Provas de Aptidão Física<sup>2</sup>) e/ou Psicólogos (Testes Psicotécnicos).

No âmbito civil, destaca-se a existência de legislação específica que regula a atividade de marítimos a bordo de navios que arvoram bandeira portuguesa (Lei n.º 146/2015, de 9 de setembro) e que define os procedimentos relativos à emissão do certificado médico para marítimos (Portaria n.º 101/2017, de 7 de março).

A avaliação da aptidão para o serviço está prevista em vários momentos da carreira profissional, designadamente no processo de admissão e, depois, periodicamente e ocasionalmente. Considerando o normativo aplicável aos militares, militarizados e civis da Marinha<sup>3</sup>, as avaliações periódicas de aptidão para o serviço são realizadas anualmente, exceto para os civis com idade inferior a 51 anos (bienal). No que concerne às avaliações ocasionais, por norma realizadas pela Junta de Saúde Naval, estão tipificadas várias situações que as justificam, nomeadamente a pedido do trabalhador ou do superior hierárquico, por alterações substanciais nos componentes materiais de trabalho que possam ter repercussão nociva na saúde do trabalhador (equivalente à

mudança de cargo), no caso de regresso ao trabalho depois de uma ausência superior a 30 dias por motivo de doença ou acidente, para efeitos de promoção, ou para frequência de curso de especialização ou admissão a concurso interno – decisão a cargo da Junta de Recrutamento e Classificação.

Atentando sobre as situações que impõem algum grau de incapacidade, temporária ou definitiva e parcial ou total (para o cargo habitual ou para todo e qualquer cargo), a avaliação da aptidão para o serviço foca-se basicamente na valoração da capacidade funcional remanescente do indivíduo visando a manutenção da sua capacidade de trabalho. Este objetivo, igualmente importante para o trabalhador e para a organização, obriga à adequação do cargo ao indivíduo através da restrição de funções, recolocação noutra cargo ou reclassificação (eventual mudança de classe), conforme aplicável.

Ainda no contexto da incapacidade para o trabalho, importa facilitar o regresso precoce ao local de trabalho mediante uma rápida intervenção nas condições de trabalho, na cultura organizacional e no trabalhador propriamente dito. Sabe-se hoje que o gozo prolongado de dispensa de serviço por razões de saúde é deletério para os indivíduos e dificulta a sua reintegração profissional.



DR

**S. Henriques**  
1TEN MN

## Notas:

<sup>1</sup> Atualmente, na Marinha, apenas os civis são avaliados por médico especialista em Medicina do Trabalho.

<sup>2</sup> Atualmente, as Provas de Aptidão Física são obrigatórias para os militares dos quadros permanentes, no ativo e na efetividade de serviço, ou a prestar serviço em regime de contrato, com idade igual ou inferior a 45 anos; contudo, não são consideradas para efeitos da avaliação periódica da aptidão para o serviço.

<sup>3</sup> Militares: Despacho do Vice-Almirante Vice-Chefe do Estado-Maior da Armada no exercício das funções de Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 56/93, de 05 de Agosto; Militarizados: Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, n.º 64/04, de 23 de Setembro; Civis: Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro, e suas alterações.



# VÍRUS DO PAPILOMA HUMANO

O Plano Nacional de Vacinação inclui, desde 2008, uma vacina contra o vírus do papiloma humano (HPV, do inglês "human papilloma virus") para as crianças do sexo feminino e é gratuita. Para os rapazes espera-se que passe a ser gratuita já durante o ano de 2019.

O HPV é um vírus frequente nos humanos, responsável pela formação de lesões chamadas papilomas. Até à data, existem mais de 200 tipos de HPV identificados dos quais cerca de 40 infetam, preferencialmente, o sistema anogenital. O HPV pode infetar indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades e etnias (independentemente da localização geográfica). É considerada a doença sexualmente transmissível mais frequente.

Para percebermos um pouco melhor a implicação deste alargamento da vacinação a toda a população foi pedida colaboração à CFR MN Filipa Soares Albergaria, subdiretora do Centro de Medicina Naval, especialista em Ginecologia e Obstetria.

## AP – O que todos devemos saber sobre o HPV?

FA – O HPV infeta 75 a 80% da população mundial, ao longo da sua vida, e é transmissível por via sexual e cutânea. Atualmente não existe um tratamento dirigido disponível, todavia pode ser evitado através de uma vacina. O HPV infeta tanto homens como mulheres e, na grande maioria das vezes, as infeções são assintomáticas e curam-se espontaneamente. Porém, em alguns casos, podem causar lesões benignas (condilomas acuminados vulvares e perianais vulgarmente conhecidos como verrugas) e lesões malignas (cancro do colo do útero, cancro do pénis e cancro da orofaringe). Sabe-se que o HPV é a 2ª maior causa de cancro causada por um agente externo (a 1ª causa continua a ser o tabaco) e, tendo em conta que o uso do preservativo não evita a transmissão completa do HPV, todas as pessoas sexualmente ativas são suscetíveis de serem infetadas.

## AP – Então, para evitar a infeção, quem deve fazer a vacina contra o HPV?

FA – Em Portugal a vacina contra o HPV foi introduzida no Programa Nacional de Vacinação em 2008. Na altura eram vacinadas

de forma gratuita todas as meninas de 13 anos (durante os primeiros 3 anos de vacinação, também as meninas de 17 anos foram vacinadas, num esquema chamado *catch-up*). Desde 2014 a vacina passou a ser administrada às meninas, idealmente entre os 10 e os 13 anos, mas possível até aos 18 anos. Assim sendo, atualmente cerca de 99% das mulheres nascidas desde 1992 estão vacinadas. Chama-se a este tipo de prevenção "primária" pois visa evitar a aquisição do vírus. Saliento que está indicado que todas as meninas/mulheres, mesmo as que estão vacinadas, façam a prevenção secundária, ou seja, evitem que uma lesão inicial possa evoluir para uma doença mais grave. Assim, e considerando que a vacina não protege de todos os tipos de HPV existentes, está indicado que se vigiem regularmente eventuais sinais ou sintomas causados pelo HPV, nomeadamente através da realização do rastreio do cancro do colo do útero em consulta médica (observação+citologia). Aliás, para as militares da Marinha no ativo, a Consulta de Saúde da Mulher do Centro de Medicina Naval, está disponível.

## AP – E os rapazes, também devem vacinar-se contra o HPV?

FA – Nos homens o HPV está associado a 99% dos casos de condilomas genitais e de papilomatose respiratória recorrente, mas também existe o risco de os infetados desenvolverem cancro do ânus, do pénis e da área da cabeça e pescoço. Como não existe implementado um programa de rastreio direcionado para estas patologias e, além disso, há o risco de os rapazes/homens serem contaminados por contacto sexual com outros homens ou com raparigas de países de baixa cobertura vacinal ou onde a vacina não é utilizada, é recomendado atualmente que a vacinação contra o HPV deve ser universal, isto é, deve ser administrada quer a meninas quer a meninos.

## AP – E em Portugal a vacina contra o HPV já é universal?

FA – A Sociedade Portuguesa de Pediatria emitiu, em 2018, uma recomendação para o alargamento da vacinação contra o HPV aos jovens do sexo masculino, apoiada pela Direção-Geral de Saúde. A inclusão desta vacina no Plano Nacional de Vacinação já foi, inclusivamente, aprovada no Parlamento na votação para o Orçamento do Estado de 2019. Aguardamos com otimismo a sua implementação.



Ana Cristina Pratas  
1TEN MN

[www.facebook.com/participanosaudeparatodos](http://www.facebook.com/participanosaudeparatodos)

DATA	TIPO DE VACINA DO PNV	POPULAÇÃO-ALVO
2008	QUADRIVALENTE (HPV 6, 11, 16, 18), 3 DOSES	MENINAS COM 13 ANOS (MENINAS COM 17ANOS, DURANTE 3 ANOS)
2014	QUADRIVALENTE (HPV 6, 11, 16, 18), 2 DOSES	MENINAS COM 10 ANOS
2017	NONAVALENTE (HPV 6, 11, 16, 18, 31, 33, 45, 52, 58), 2 DOSES	MENINAS COM 10 ANOS
FUTURO PRÓXIMO(?)	NONAVALENTE (HPV 6, 11, 16, 18, 31, 33, 45, 52, 58), 2 DOSES	MENINAS E MENINOS COM 10 ANOS(?)

Quadro 1 – datas de inclusão da vacina contra a infeção por HPV, em Portugal, no Programa Nacional de Vacinação e sua atualização ao longo da última década.

Para saber mais:

- <http://www.saudereprodutiva.dgs.pt/paginas-intermedias/para-todos/pais-e-educadores/hpv-pais-e-educadores.aspx>
- <https://www.hpv.pt/>

## DESPORTO

### MARCHA MILITAR DO CORPO FUZILEIROS

Realizou-se no dia 26 de novembro mais uma edição da Marcha Militar (15km) do Corpo de Fuzileiros, que este ano contou com a participação de 23 equipas num total de 184 atletas das seguintes unidades: EF (10 equipas), BF1 (1 equipa), BF2 (2 equipas), BNL (1 equipa), EN (5 equipas), CEFA (1 equipa), DA (1 equipa), DGAM (1 equipa), PSP UEP (1 equipa).

A equipa vencedora foi a EN-A (Chefe de equipa: CAD AN Oliveira) com o tempo de 01:43:49.

O Troféu Unidade Vencedora foi atribuído à Escola Naval, tendo a cerimónia de entrega de prémios sido presidida pelo 2º Comandante do Corpo Fuzileiros, CMG FZ Martins de Brito.



### ESTAFETA DE NATAL DO CORPO DE FUZILEIROS

A Estafeta de Natal do Corpo de Fuzileiros teve lugar no dia 13 de dezembro e contou com a participação de 14 equipas, num total de 140 militares distribuídos pelas seguintes unidades: EF (6 equipas), BF2 (4 equipas), BF1-UMD (1 equipa), DAE (1 equipa), PSP-UEP (1 equipa), CEFA (1 equipa).

Esta prova foi constituída por 5 segmentos, com partida na Escola de Fuzileiros e término no Corpo de Fuzileiros (Pólo Alfeite): Segmento 1: Corrida e passagem pelo lodo (1 elemento); Segmento 2: Natação de superfície (1 elemento); Segmento 3: Remo em Botes (6 elementos); Segmento 4: Orientação (1 elemento); Segmento 5: Corrida e tiro pistola (1 elemento).

A equipa do DAE foi a vencedora desta prova de estafetas com o tempo total de 2h46'25".



### CROSS DE NATAL

Como já é tradição, a época natalícia na Marinha é celebrada com um *Cross de Natal* em diversas unidades, também conhecido como a "corrida do Bacalhau".

Na Base Naval de Lisboa (BNL), com organização do CEFA, esta prova realizou-se a 18 de dezembro, dentro da Estação Naval, e contou com a participação de 63 militares, militarizados e civis das unidades pertencentes ao Agrupamento Desportivo BNL. Em cerimónia presidida pelo diretor do CEFA, foi entregue um bacalhau ao 1º classificado, um bolo-rei ao 2º classificado e uma garrafa de vinho do porto ao 3º classificado, em cada um dos escalões.

Na Unidade de Apoio às Instalações Centrais da Marinha, organizado pela Secção de Educação Física, realizou-se uma Corrida/Caminhada Solidária no dia 13 de dezembro, com 80 participantes, tendo sido recolhidos 150 kg de alimentos que foram entregues à DAS no final da prova.



ESC	Class.	NII	Posto	Classe	Nome	UEO	Tempo
I M	1º	9352404	1SAR	ETI	BRAGADESTE MOTA	DN	9' :13
	2º	9333402	CAB	L	TAVARES LOUREIRO	DN	9' :28
	3º	9103913	2TEN	TN(MEC)	GONÇALVES CASTELÃO	DA	10' :10

ESC	Class.	NII	Posto	Classe	Nome	UEO	Tempo
II M	1º	227501	SAR	R	SOARES OLIVEIRA	NRP V GAMA	09' :33
	2º	9305603	CAB	R	FILIFE PEREIRA	NRP D F ALMEIDA	11' :36
	3º	9335096	1SAR	TF	VIEIRA GONÇALVES	CEFA	12' :14

ESC	Class.	NII	Posto	Classe	Nome	UEO	Tempo
I F	1º	9333303	1SAR	R	LAURA GRILO	NRP D F ALMEIDA	11' :15
	2º	9311397	1SAR	ETA	VERA REIS	DA	11' :45
	3º	9100913	2TEN	TSN	ANA TEIXEIRA	DA	12' :35





# QUARTO DE FOLGA

## JOGUEMOS O BRIDGE

## Problema nº 220

NORTE (N)			
♠	♥	♦	♣
A	A	10	D
D	8	9	V
10	5	7	
8	4		
OESTE (W)			
♠	♥	♦	♣
6	D	R	7
2	9	D	6
		V	3
		5	
		4	
		3	
SUL (S)			
♠	♥	♦	♣
R	R	8	R
V	V	2	10
		7	9
		6	8
		2	
ESTE (E)			
♠	♥	♦	♣
9	10	A	A
7	3	6	5
5			4
4			2
3			

GRAU DE DIFICULDADE - FÁCIL POR SER A 4 MÃOS

Todos vuln. S joga 4♥ e recebe a saída a R♦. Analise as 4 mãos e escolha a linha em que gostaria de estar sentado para marcar pontos para a sua coluna?

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 220

Deve escolher a linha E-O, pois o contrato não se pode cumprir desde que a defesa ataque de modo a fazer 2+1+uma vaza em triunfo. Vejamos como: Este cobre o R da saída com o seu A para mostrar que só tem 1 ou 2 cartas; joga A♠ para ver se o parceiro terá o R, o que nega jogando o 3, e segue com o outro ♦ para a D de W que continua com o V, sendo obrigatório que E corte alto na esperança que possa promover algum triunfo do parceiro, o que é o caso. Repare que mesmo que S corte de R não pode evitar ter que dar a D ou o 9 a W e apanhar um cabide. A jogada de E (cortar uma vaza que já era da sua linha) é chamada tecnicamente de "uppercute" sendo importante que esteja sempre atento à possibilidade de utilizá-la.

Nunes Marques  
CALMAN

## GO NAVY!

## Passatempo nº 2



MILITARY AND NAVAL  
TERMINOLOGY,  
EXPRESSIONS,  
ACRONYMS AND  
ABBREVIATIONS

1. \_\_\_ N
2. \_\_\_ D \_\_\_
3. \_\_\_ L \_\_\_
4. \_\_\_ E \_\_\_
5. \_\_\_ / N \_\_\_
6. B \_\_\_



SOLUÇÕES: PASSATEMPO Nº 2

Soluções: 1. Stern; 2. Rudder; 3. Propeller; 4. Keel; 5. Hull Number; 6. Bow

Estela Magalhães Parreira  
CTEN

## SUDOKU

## Problema nº 52

FÁCIL

	9	3		5	8			
8					6			3
6						9	7	
9	5		8	3	1	7	4	6
		1	7	4	9		8	5
	8	6						7
2			5					9
			6	8		1	3	

DIFÍCIL

			7					2
5	4							6
	8						1	
7	6			3				
	9							5
	5				1	9		
8		7				6		
			2	5				
			1	4	8	7		

SOLUÇÕES: PROBLEMA Nº 52

FÁCIL

2	3	1	7	8	6	9	4	5	8	7	2
9	6	7	5	8	2	1	4	3	7	6	8
4	8	1	7	3	5	2	6	9	4	8	7
2	3	5	6	8	4	1	7	9	2	3	8
8	7	4	6	9	3	7	2	5	8	1	6
1	7	6	9	5	3	4	2	8	7	1	6
7	8	5	6	2	3	1	4	9	7	8	5
5	2	4	3	6	1	7	8	6	4	5	1
6	1	3	4	7	8	9	5	2	6	7	4

DIFÍCIL

## NOTÍCIAS PESSOAIS

### NOMEAÇÕES

• CMG José Rafael de Oliveira Rodrigues Pinto, Chefe da Divisão de Operações do Estado-Maior da Armada.

### RESERVA

• CFR SEF José Manuel Rebocho Pais das Neves Varela • 1TEN TSN-MD Ana Isabel de Oliveira Pereira Pinto • 2TEN TS José Manuel Santos dos Reis • 2TEN TS Altino do Nascimento Torrado Luís • 2TEN TS José Augusto Ribeirinho Bizarro • SMOR ETC Paulo Jorge dos Reis Ferreira • SMOR M António José Mendes Clemente • SMOR MQ Jorge Augusto Lopes Gonçalves da Mota • SMOR MQ Jorge Filipe de Oliveira Martins • SMOR CM Raúl António Branco Rodrigues • SMOR FZ Mário Fonseca da Costa • SMOR T Rogério António Rodrigues Lourenço • SMOR MQ António Jorge Nabais das Neves • SMOR A Baltazar Lucas Correia Paixão • SCH H Fernando Alberto Pinto Sequeira • SCH H David Manuel Amaro Teixeira • SCH R Carlos Jorge Pinto Ferreira • SCH FZ João dos Santos Fernandes • SAJ CM António Alberto Pereira Figueiredo •

SAJ L Manuel João Garcia Vieira • CMOR L Jorge Manuel Verruga Morganho • CMOR T Vítor Manuel Pinto Nicolau • CMOR TFD Joaquim Montes Ribeiro • CMOR L Jorge Manuel Marques Leão • CMOR TFH Jorge Manuel Afonso Fresca • CMOR L Jorge Humberto de Carvalho Ferreira • CMOR CRO José Miguel Lima Teles de Almeida • CMOR TFH José Manuel da Palma Teixeira Pires • CMOR L Priamo Miguel dos Santos Aguiar.

### FALECIDOS

• 142146 CMG M REF Francisco Viriato de Castro Guise • 110952 CFR SG REF João Manuel de Almeida Bastos • 7764 SMOR FZ REF José Saraiva de Almeida Gomes • 35165 SMOR A REF Isaías Lages André • 860062 SCH CE REF Armando Nunes do Nascimento • 112964 SCH C REF Manuel Maria Lucas • 981263 SAJ O REF Manuel Gonçalves Casaca • 25965 SAJ CM REF José Gomes Pinto • 355454 1SAR C REF Amaro Augusto Dias • 784761 1SAR FZ REF Arlindo de Almeida Oliveira • 300748 CAB E REF António Pinto • 414456 CAB CE REF Manuel Augusto Vaz • 34013949 MQ CHEFE QPMM APOS Humberto José Parracho.

## CONVÍVIOS

### NRP COMANDANTE SACADURA CABRAL 1ª GUARNIÇÃO DE OFICIAIS

Cumprindo o *caminho* traçado desde a chegada a Portugal, após a receção, quase cinquentenária, do navio em França, os oficiais *Sacadores* da 1ª guarnição efetuaram no passado dia 24 de outubro mais um convívio.

A comitiva de 11 pessoas, liderada pelo então Imediato, CALM Ribeiro dos Ramos, foi recebida a bordo do NRP *Tejo*, onde o Comandante, 1TEN Loureiro da Paixão, fez uma apresentação do navio, a que se seguiu uma visita às instalações. Seguiu-se o almoço na Sala da Lareira da Messe de Oficiais da BNL, tendo o Comandante da Base, CMG Proença Mendes, tido a simpatia de partilhar com o grupo agradáveis momentos de convívio.



Todo o programa teve a aprovação e o apoio da Marinha, o que se regista como marca distintiva e identificadora da Corporação do Botão de Âncora.

### “FILHOS DA ESCOLA” DE OUTUBRO DE 1968 | 50º ANIVERSÁRIO

Realizou-se no dia 28 de outubro o almoço-convívio dos “Filhos da Escola” de outubro de 1968.

O programa constou de uma visita aos navios *Álvares Cabral*, *D. Francisco de Almeida* e *Jacinto Cândido*. Seguiu-se o almoço na “Quinta da Vitória”, Sobreda de Caparica, onde foram dadas as boas-vindas aos “Filhos da Escola”, familiares e amigos, reunindo cerca de 300 convivas.

Foram cantados a Marcha dos Marinheiros e o Hino Nacional e fez-se um minuto de silêncio em memória daqueles que já partiram.



O convívio, que decorreu em ambiente de franca e sã camaradagem com o orgulho de terem servido a Briosas e a Pátria, terminou com o tradicional corte do bolo.





## SÍMBOLOS HERÁLDICOS

### BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE VILA DO CONDE



*José Cabrita*

#### DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de verde polvilhado de âncoras de prata com estrela do mesmo, carregada com âncora de verde. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE VILA DO CONDE».

#### SIMBOLOGIA

O verde e a prata são cores presentes no brasão municipal de Vila do Conde. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.



## SÍMBOLOS HERÁLDICOS

### BRASÃO DO COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE VIANA DO CASTELO



*José Cabrita*

#### DESCRIÇÃO HERÁLDICA

Escudo de azul com uma cruz maçonetada de ouro. Entre os braços da cruz quatro estrelas de seis pontas de prata, carregadas com âncora de azul, dispostas em aspa. Coronel naval de ouro forrado de vermelho. Sotoposto listel ondulado de prata com a legenda em letras negras maiúsculas, tipo elzevir, «COMANDO LOCAL DA POLÍCIA MARÍTIMA DE VIANA DO CASTELO».

#### SIMBOLOGIA

A cruz de ouro maçonetada é um elemento do brasão de João Velho o Velho, que no final do século XV se sobrelevou ao serviço de D. João II, entre os heroicos filhos de Viana do Castelo. A estrela de seis pontas é um elemento associado às forças policiais, considerado um guia para a ação e repositório de nobreza. A âncora alude à maritimidade e é sinónimo de constância, segurança e firmeza.